



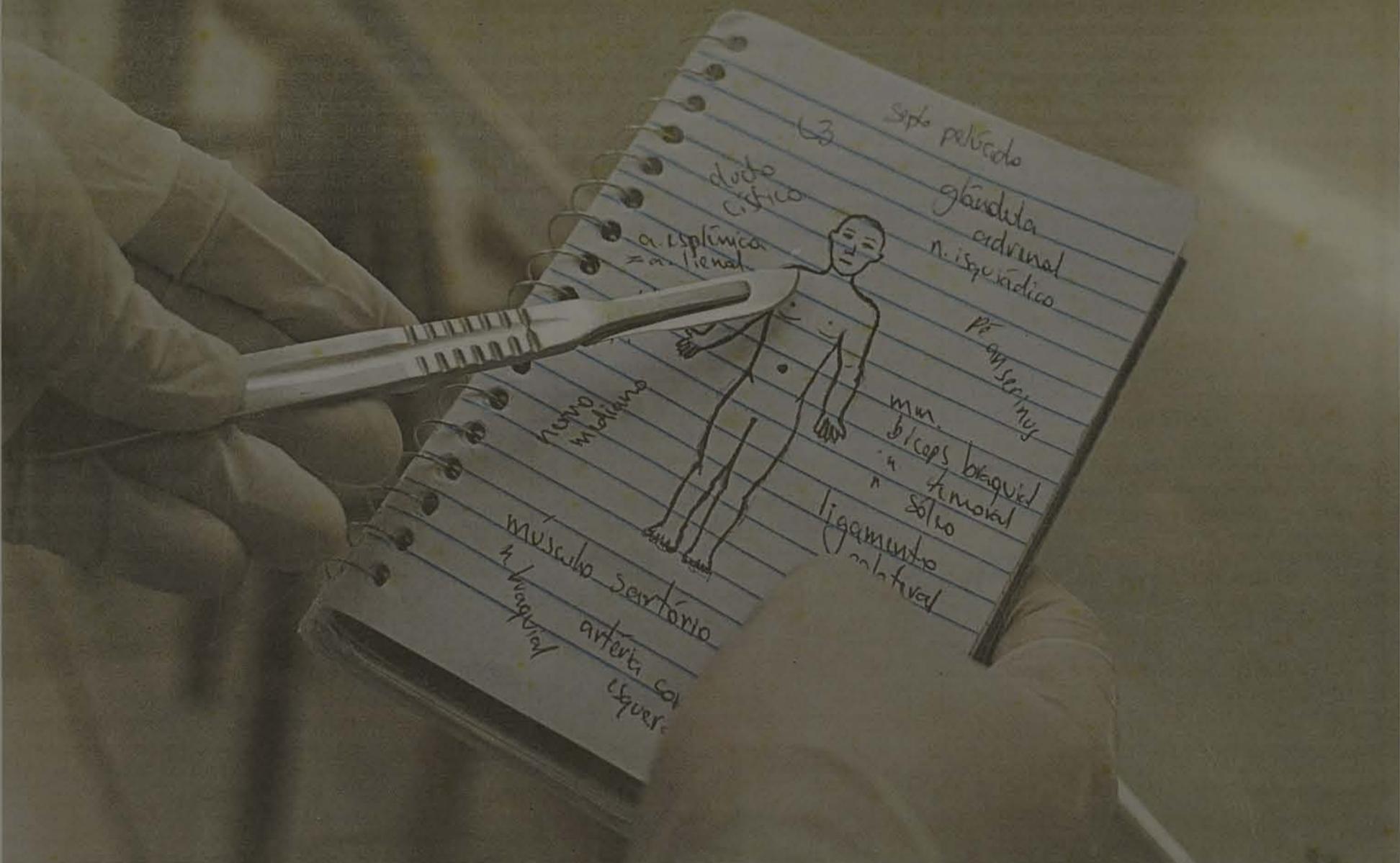
# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2012 - ANO XXXI, NÚMERO 4

## De corpo inteiro

Pela ciência, aposentado da UFSC  
vai ficar nos laboratórios da  
Universidade depois da morte

**PÁGINAS 8 E 9**



### OXIGÊNIO

Não deixe o samba morrer

Reclamações de vizinhos sobre o barulho ameaçam a tradição musical de 55 anos no Centro Histórico de Florianópolis

**PÁGINAS 12/13**

### CONEXÕES

Vila Contestado

Reportagem do **Zero** vai a São José e ouve as histórias de quem ocupou um terreno para lutar pela casa própria

**PÁGINAS 14/15**

### ZERO ENTREVISTA

Padre Vilson Groh

Líder comunitário há 30 anos, acredita que "o menino que bota fogo em ônibus foi produzido historicamente"

**PÁGINA 4/5**

# Trinta anos fazendo história

A ciência não consegue comprovar como foi o início do universo. Existem alguns teóricos que acreditam que nem mesmo houve um início. O que ocorreu, segundo esta corrente, seria apenas uma transformação, o fim de um ciclo e o imediato começo de outro. Como a passagem de um ano para outro, ou, no caso da vida acadêmica, de um semestre para o outro.

Na derradeira edição de 2012/2, o *Zero* traz três reportagens que refletem se o que chamamos de fim pode ser, na verdade, o recomeço. Não no sentido de começar novamente uma mesma coisa, mas de uma oportunidade de início de outro ciclo.

O samba irá acabar em um dos recantos mais tradicionais de Florianópolis, no Centro Histórico, que já foi o reduto da cultura e boemia da cidade? Ou a discussão sobre a liberação do som ao vivo no Canto do Noel seria a oportunidade de debater formas de revitalização da área?

A invasão de um terreno desocupado em São José por dezenas de famílias está longe de ser o fim de um problema, mas pode forçar o começo de uma solução para aqueles que arriscaram o pouco que tinham por uma chance de construir suas próprias casas - para fugir do aluguel ou para conseguir um teto que nunca tiveram.

A terceira reportagem conta a história de Dico, um homem que decidiu doar o próprio corpo ao Laboratório de Anatomia da UFSC. Outras 93 pessoas já fizeram o mesmo, talvez por outras razões.

Nas três histórias, o ponto de partida é a iminência do final: o fim do samba em um recanto da boemia; a busca do fim de um problema; e a morte. O ponto de chegada é a esperança: de uma nova forma de convívio entre a festa de uns e o sossego de outros; de uma nova chance de

viver; e de nunca deixar de servir ao próximo.

A equipe que fez o *Zero* deste semestre encerrou um ciclo, mas deixou bem fundamentado o recomeço, inclusive com histórias que não acabaram ainda e, talvez, possam ter o final contado pelas próximas turmas, no horizonte infindo da vida.

## ZERO HOMENAGEIA

VALMIR MARTINS



“Hay hombres que luchan toda la vida”. O professor aposentado da UFSC, Valmir Martins, 69 anos, morreu em 30 de novembro último, em Florianópolis, vítima de complicações cardíacas. Simbolicamente, no mesmo dia da “Novembrada” - 33 anos depois. Valmir lutou pública, e clandestinamente, para que o Brasil recuperasse a liberdade e a democracia, negadas pela ditadura durante 21 anos. Iniciou na política aos 16 anos. Esteve, desde os primeiros momentos, no processo que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores, sendo dirigente e candidato em eleições majoritárias e proporcionais. Quando o PT chegou ao governo, ao invés participar das “benesses” do poder, descrente com os rumos do Partido, integrou o esforço de construção de um novo Partido, o PSOL. Formou-se em História na UFSC, em 1974, onde também concluiu o mestrado na mesma área, em 1979. Atuou no movimento sindical dos docentes, liderando greves históricas.

No PSOL, já doente, aceitou a tarefa, em 2010, de candidatar-se a governador e percorreu o estado defendendo o programa do partido e o socialismo, que ele sabia que não viveria para ver materializado. Certamente sabia que não era o primeiro e, com certeza, esperava que não fosse o último. O professor era o que Brecht classificou como imprescindível. Vai fazer muita falta.

## OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

### Um balanço do ano

Esta é a última edição do ano do *Zero* e, talvez, minha última coluna. Cabe um balanço da relação ombudsman - jornal, neste ano dramático em que mais de 30 mil sírios foram mortos pelo exército de seu próprio país, mais de cem paulistanos foram assassinados na guerra entre o PCC e a PM, uma profunda crise financeira abalou a Europa e o Supremo condenou a pesadas penas de prisão políticos do PT, alguns dos quais já haviam sido presos, torturados e exilados na luta contra o ditadura militar - desta vez por ilegalidades comuns na política brasileira mas nunca antes punidas. Na própria universidade, tivemos uma longa greve.

Perguntas que vem à mente: minhas críticas e observações foram pertinentes? Foram bem recebidas? Fizeram avançar o projeto e ajudaram na formação dos futuros jornalista? E mais: faltou-me tato? Fui arrogante? Magoei alunos e professores?

Só posso avaliar a partir do próprio jornal, pois nossa relação sempre foi epistolar. Não participei das reuniões do jornal, não conheço sua equipe e mantivemos, eu e seus professores, uma educada distância.

Levei a empreitada a sério. Percebi que a busca do *Zero* pela excelência, baseada na precisão do relato dos fatos, era limitada por uma escrita de má qualidade e quase nenhuma ousadia formal. Optei, desde o início, por discutir essas questões estruturais e não falhas pontuais.

Achei a linguagem do *Zero* no geral burocrática, tímida, por vezes macarrônica. Melhorou a linguagem? Houve avanços pontuais, mas o padrão criticado se manteve. Os títulos ainda são tacanhos e algumas aberturas ruins, como a da matéria sobre o índice de saneamento do último número. Os textos continuam prolixos e pouco graciosos.

Enfatizei que jornalismo é contar bem uma história. Apontei a necessidade das autorias serem individuais. Uma melhor demarcação do gênero da matéria (se é reportagem, ou ensaio, ou pesquisa, ou entrevista) e mais atenção à sua estruturação, também ajudariam. Mas desconfio que as raízes dessa limitação sejam mais profundas, talvez a falta da familiaridade dos alunos com o idioma e sua riqueza, problema que só se revolve com muita leitura dos nossos clássicos.

Senti, desde logo o papel secundário do fotojornalismo e da diagramação. Fui enfático nessas críticas. As últimas edições, em especial a passada, sugerem que nesses itens houve um salto de qualidade. As fotos agora são pertinentes, a diagramação mais solta e as ilustrações mais bonitas. A capa da edição passada é bela, e melhor ainda ficaria, se o papel fosse de boa qualidade (vejam como ela deslumbra na sua versão digital). Mas é possível avançar mais no fotojornalismo. Fotos que falem por si mesmas e não apenas ilustrem a matéria. E dar um jeito na diagramação, ainda irregular e sem dar ao jornal os sentidos de unidade ou de beleza. Vejam a diferença, na edição passada, entre capa e entrevista com o prefeito, e o resto do jornal.

Creio que há outra raiz, profunda, a limitar o *Zero*: a pouca conexão dos alunos, talvez do curso em si, com os acontecimentos que sacodem o mundo. Não por caso, abri a coluna falando da crise financeira, da mortandade na Síria, do “mensalão” e das chacinhas paulistas. Nada disso mereceu muita atenção do *Zero*. O jornal erigiu o local como seu objeto e a comunidade universitária como seu público. Mas não se forma um jornalista apenas ensinado-o a denunciar com precisão um esgoto local mal-feito. Forma-se também, e principalmente, acompanhando e discutindo como caminha a humanidade.

## OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

*A edição parece estar boa, mas discordo em relação a esse “raramente aparecem na mídia”. O Notícias do Dia, onde estou trabalhando, publica muita coisa relativa à Ilha. Às vezes tenho a impressão de que alguns alunos do curso não prestam muita atenção no que acontece na mídia catarinense.*

Bruno Volpato - Florianópolis, SC

*Muito boa a linba editorial, gostei das opções temáticas, das reportagens claras e com informações pertinentes, como a do movimento do preço do peixe e da incompetência para a construção de uma cooperativa pela comunidade em questão, a despeito da grana.*

Nelson de Faria Campos - Jaraguá do Sul, SC

### PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

## ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXI - Nº 4 - Dezembro de 2012 **REPORTAGEM** Gabriele Duarte, Giovanna Chinellato, Helena Stürmer, Jennifer Hartmann, Jéssica Melo, Joana Zanotto, João Gabriel Nogueira, Laura Vaz, Leonardo Lima, Letícia Teston, Lucas Inácio, Luisa Nucada, Mariana Rosa, Mirene Sá, Patrícia Krieger, Sâmia Fiates, Stefany Alves, Thaine Machado, Ingrid Fagundes (colaboração) **EDITORES** Ana Carolina Paci, Francisco Dantas, Victor Acosta, Victor Hugo Bittencourt, Vinicius Schmidt e Tulio Kruse **DIAGRAMAÇÃO** Leonardo Lima, Lucas Inácio, Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Giovanna Chinellato, Giovanni Bello, Helena Stürmer, Victor Hugo Bittencourt, Lucas Inácio, Andrey Lolo Brígida e Cristina Kreuger (colaboradores) **CAPA** Giovanni Bello **INFOGRAFIA** Giovanna Cinellato, Jennifer Hartmann **PROFESSOR RESPONSÁVEL** Samuel Lima MTb/SC 00383 e Ângelo Augusto Ribeiro 6504/27/26vRS **MONITORIA** Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 13 de dezembro

★  
Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

★  
3º melhor Jornal Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994

★★★★★  
Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS  
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

# UFSC carece de políticas para acessibilidade

Tratamento aos alunos com necessidades especiais não acompanha a demanda universitária

O relacionamento entre a estudante do curso de Biblioteconomia Luiza Groisman, 21 anos, com a o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), não pode ser citado como um bom exemplo de inclusão na instituição. Ela é portadora da Síndrome de Prader-Willi (PWS). Segundo seus pais, a analista de sistemas Gelci Galera e o professor de antropologia da UFSC Alberto Groisman, desde que a jovem entrou no curso, no 2º semestre de 2010, vem sendo tratada de forma omissa ou defensiva pela instituição. Luiza é um caso raro de portador de PWS que chega à universidade, na América Latina.

As principais reivindicações dos pais são a criação de um protocolo de acolhimento, indicação de um professor-tutor, acompanhamento profissional nas atividades programadas, como previsto na legislação, e a adoção de um Plano Individual de Ensino (PIE), adaptando os conteúdos do curso às necessidades especiais da estudante. Eles entendem que tais condições devem ser estendidas para todas as pessoas com deficiência.

A promotora pública recomendou a adoção de uma proposta de PIE para Luiza, em julho deste ano, mas a UFSC ignorou a proposta e ela segue sem acompanhamento pedagógico individualizado. A mãe desabafa: "Somente nossa insistência fez algumas coisas acontecerem como a orientação e apresentação prévia de bolsistas, mesmo assim é um sistema precário e com prejuízos. Os estudantes da UFSC não são preparados para tal função complexa". A disponibilização de profissionais está previsto na legislação (Nota Técnica do MEC 19/2010, de 08/10/10): "As escolas de educação regular, públicas e privadas devem assegurar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem" dos estudantes com necessidades especiais e transtornos globais de desenvolvimento, disponibilizando "profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, aos estudantes que não realizam essas atividades com independência". Os pais recorreram também a pesquisadores da UFRJ, ao MEC e à Associação Brasileira de Antropologia.

Diante destas dificuldades, Groisman e Galera procuraram apoio do Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou uma representação e instaurou um inquérito civil público a fim de definir uma solução para esses casos. Em ofício ao MPF, a UFSC exigiu que a família apresentasse "laudos

detalhados de profissionais da área da saúde que acompanhem a estudante". Além disso, solicitava "que esses profissionais (especialmente o médico e o psiquiatra) sustentem a pertinência de Luiza frequentar um curso noturno, considerando os episódios constantes de adormecimento (...) e que se manifestem com uma descrição da real capacidade de Luiza de dar conta do que a formação em biblioteconomia exige". A mãe reagiu indignada: "Claramente agora a UFSC manifesta sua intenção de remover Luiza do curso superior que por seu mérito e esforço alcançou. Qual estudante pode estar sujeito a apresentar atestados médicos para cursar uma universidade? Ademais, o histórico dela demonstra seu desempenho crescente". Não existe o curso de Biblioteconomia diurno.

O procurador Maurício Pessutto explica que o processo está em fase de investigação. "Se não for possível fazer um acordo entre as partes, o que pode acontecer é o ajuizamento de uma ação civil pública, porém se as partes entrarem em consenso, o processo poderá ser arquivado". Para Pessutto, a base do problema diz respeito aos deveres e obrigações que devem ser cumpridos pela família e pela instituição.

O procurador avalia que a educação especial, principalmente no ensino superior, não evolui com a rapidez necessária. "É bem verdade que o avanço do ensino especial tenha acontecido com mais clareza no ensino médio e no ensino fundamental, enquanto no ensino superior existe muito ainda ao que alcançar em termos de aceitação da própria comunidade envolvida, incluindo os vários setores da universidade e a própria família".

A presidente do Núcleo de Acessibilidade, Maria Sílvia Cardoso Carneiro, alega que a educação especial na UFSC está em fase de desenvolvimento. O Núcleo só entrou em atividade somente final de outubro deste ano. O projeto existe desde 2008, época em que o grupo era chamado de Comitê de Acessibilidade. O setor atende atualmente cerca de 20 estudantes portadores de necessidades especiais, mas somente a pedagoga Patrícia Muccini Schappo dedica-se integralmente às atividades ali desenvolvidas. Não existe um mapeamento quanto ao número total de estudantes portadores de necessidades especiais na UFSC.

Schappo garante que há um bom relacionamento entre o Núcleo e a maioria dos estudantes que são atendidos, como é o caso de Kamila Silva Pereira, de 25 anos, de pedagogia. Ela é portadora de uma defi-



Luiza passou no vestibular pela classificação geral e precisa de assistência para permanecer

ciência motora desencadeada na hora do parto, devido à falta de oxigênio no cérebro. A jovem tem dificuldades para movimentar principalmente a parte direita do corpo. Para sua permanência nas aulas é preciso o acompanhamento constante de duas bolsistas, que fazem as anotações da aula para Kamila. "Eu nunca reprovei em nenhuma matéria dentro da UFSC, tenho dificuldades como outra pessoa qualquer, mas vou atrás do que é preciso".



Stefany Alves  
stefanyjor@gmail.com

Schappo, pedagoga, é a única a trabalhar em tempo integral

## Pais pedem mais cuidados pedagógicos

Luiza Groisman é a primeira estudante portadora de PWS a passar por um vestibular tradicional na América Latina. Prestou o concurso, ao final do terceiro ano do ensino médio, sem cursinho, conquistando seu lugar na universidade por classificação geral. Ela faz uma dieta alimentar rigorosa, porque seu interesse por comida é compulsivo – mas consegue manter a saúde em equilíbrio, com acompanhamento médico permanente, e não é obesa.

Hoje, Luiza não tem acolhimento institucional, tampouco acompanhante nos horários de monitoria. A coordenação do curso transfere a responsabilidade para o Núcleo de Acessibilidade, que designa alunos bolsistas para essa função. A estudante fica por horas na UFSC sem acompanhante atualmente porque

a direção do curso entende que monitores não são acompanhantes. Por sua vez, a família pede que a aluna tenha apoio profissional desde o horário das monitorias, que começam às 16h, até o término de suas aulas às 22h.

A família conta que os primeiros meses da estudante na UFSC foram os piores. Até hoje ficam inseguros em pensar que os professores podem voltar a fazer as mesmas coisas. "Eles mandavam Luiza para casa, alegando que ela precisava dormir ou que estava passando mal. Certa vez, ela chegou a ir sozinha para o HU acreditando que estava doente", recorda sua mãe. Gelci Galera: "Nós apoiamos o sonho de Luiza que é se profissionalizar, trabalhar, viver em sociedade e precisa mediação como tantos outros".

# A periferia, a juventude e o direito à cidade

Padre que lidera causa social defende novas políticas públicas e um novo olhar da sociedade



O padre Vilson Groh trabalha há 30 anos com projetos sociais em comunidades pobres de Florianópolis. Nascido em Brusque, filho de operários da indústria têxtil, desde os 12 anos ia a reuniões do sindicato e se envolvia com as lutas dos trabalhadores.

Entrou para o sacerdócio aos 15 anos, com o objetivo de lutar por uma sociedade justa e ideal. É mestre em Educação pela UFSC e trabalhou sua dissertação com o título "Labirintos da Esperança".

Hoje, ele mora numa casa simples na Rua General Vieira da Rosa, no Monte Serrat, e coordena o Instituto Padre Vilson Groh. O religioso lidera sete organizações que atendem a mais de cinco mil crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social.

Na entrevista concedida ao *Zero*, em sua casa, Groh falou sobre as causas da violência na Capital, políticas públicas de oportunidades para os jovens e a contribuição que a periferia pode dar à formação cidadã da classe média, entre outros assuntos.

**Sobre essa recente onda de ataques a ônibus pela qual passamos agora em Florianópolis, há uma simplificação dos motivos que envolveram a violência. O senhor pode falar um pouco sobre a dimensão social dessa situação?**

Nesse caso, o olhar ficou muito sobre a questão repressiva e não sobre as causas que levaram a esse processo. Em princípio, nós convivemos numa sociedade de desigualdade onde o mal se tornou banal. Temos que refletir, dentro de uma sociedade de desiguais, como é que tratamos os desiguais – geralmente com invisibilidade ou medo. Temos a ideia de que são pessoas que nos fazem mal, de um ponto de vista como se elas fossem as causadoras do processo. E essa queima de ônibus mostrou outro lado, o lado de trás, onde está essa juventude. O penúltimo censo trouxe que o Brasil tem hoje 46 milhões de jovens entre 16 e 28 anos. E aí a gente se pergunta: qual é o investimento do Estado sobre tudo isso? A reflexão que deveria ser feita é sobre o plano de fundo, as estruturas sociais, políticas públicas e, fundamentalmente, sobre política juvenil.

**E como estão essas políticas em Florianópolis?**

Na Capital, nos indicadores do trabalho "Floripa te quero bem" [movimento liderado pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), Instituto Guga Kuerten (IGK), Instituto Padre Vilson Groh (IVG) e mais 30 representantes de todos os segmentos da sociedade, que se mobilizam por uma "cidade solidária e sustentável"],

nós temos 9.227 jovens de 15 a 19 anos que não terminaram o primeiro grau. E aí se você olha o mapa, essa juventude está nos morros, nas baixadas, nas periferias. Então nós temos que fazer essa discussão – quais são as políticas focais para a área da juventude? Isto é, como funciona a relação com a escola, qual a qualidade do ensino público, qual acesso às áreas de lazer, à arte, à cultura? Isso é uma questão de direitos essenciais. O direito de acesso à produção dessa riqueza nessa cidade. Aí tu pega o índice de desenvolvimento da vida na cidade, pega um ano em Jurerê Internacional e pega no morro. Nós naturalizamos isso, nós naturalizamos a injustiça social.

**Os ataques recentes surpreenderam muita gente. Uma parte da população ficou se perguntando de onde surgiram essas pessoas, essa violência. O que isso reflete?**

Quando a violência acontece, a gente começa a olhar que cor ela tem, que expressão ela tem, porque ela se tornou visível. É como quando tu és assaltado, quando te põem o cano do revólver no rosto. Aí tu vai olhar atrás do cano, tu vai ver quem é aquela pessoa. Nós vivemos numa realidade onde as pessoas não são vistas, mas elas fazem parte do processo diário. É como ver um morador de rua, eu vejo todos os dias, mas qual a capacidade de rompimento da situação, de criar uma relação de reciprocidade, de reconhecer no outro que ele é uma pessoa humana? Qual é a capacidade que a gente tem de olhar a vida da cidade e reconhecer a população juvenil

empobrecida que habita nas periferias? Nós não temos essa capacidade. Nós vemos como perigo, vemos o outro como ameaça. Essa juventude não tem rosto, não tem endereço, não tem lugar. Ela é um número.

**E qual é o papel das políticas públicas, principalmente municipais, envolvidas hoje para personalizar essa juventude?**

Nós estamos muito tímidos ainda sobre políticas públicas para fazer um processo de empoderamento dessa juventude, de fortalecer esses jovens. Há pouco investimento, porque não há um olhar do gestor público de que o papel dele não é gerar emprego. O papel do gestor público seria fazer políticas que oportunizam a qualificação de uma mão de obra que possa ter perspectiva de inserção no mercado de trabalho local.

**E quais são os projetos atuais do governo em relação aos jovens?**

Os projetos do governo ainda são sobre repressão e consequência. Então o projeto de semiliberdade (nós trabalhamos com semiliberdade) é uma consequência, é o menino que já passou pelo juiz e tem que pagar uma pena. Tem projeto também para adolescente em casa de acolhimento. Não existem projetos para uma

política preventiva, um investimento para a juventude que trate do respeito ao direito da vida, de empoderamento. Por exemplo, criar áreas de lazer na vida do morro pra essa juventude ter acesso à prática do esporte, não só o futebol, mas o *surf*, o *rafting*,

o montanhismo e outros esportes, há pessoas que têm potencial aqui. Outro exemplo é o acesso de direito à cultura, ao teatro, ao cinema. Porque aí entra na questão dos ícones. Por exemplo, no morro o ícone é o traficante, ele é a referência, uma pessoa empoderada, que tem dinheiro, que pode namorar

uma branca loira.

**Mas o que falta para o governo desenvolver esses projetos que seriam preventivos e não punitivos?**

Aí a grande discussão seria mexer com o gestor público. Além de entendimento dessa realidade, ele teria que ter uma grande capacidade para reinventar as prioridades ou para tomar decisões políticas em relação à vida da cidade. E depois começar a compreender a gestão da cidade a partir de quem produz a riqueza da cidade. E quem produz essa riqueza é a periferia. Então se nós começarmos a pensar a gestão da cidade a partir dos trabalhadores e a partir da periferia surge um processo de reverter as prioridades e o

**É preciso materializar a esperança, isso não pode ser um discurso vazio**

orçamento municipal. Agora, o gestor público só fará isso se existir uma sociedade civil organizada que crie mecanismos de controle social. Porque o poder que eu estou mais próximo é local, é a prefeitura, é a câmara de vereadores, são esses os poderes que eu estou próximo o dia todo. E é por aí que passam as definições das questões locais.

**Mas existe uma troca entre sociedade civil e gestão municipal, certo? Por exemplo, a forma como observar um problema. Se há uma forma de observar ações punitivas, a sociedade vai entender aquilo como a ação correta tomada pelo governo. Tanto que foram muitas as manifestações de "Tem que matar! Tem que prender!"...**

Isso é porque não se olha como foi produzido o processo. O menino que bota fogo no ônibus foi produzido historicamente. Ele tem uma série de elementos na sua vida que nunca foram levados em consideração, ele nunca foi levado em consideração como sujeito de direito. Ele é objeto, ele é coisificado. Tem um livro muito bom do Zygmunt Bauman que se chama *Medo da Cidade*, em que ele trabalha um pouco essa discussão do porquê a globalização gera esse mundo empobrecido, gera as cidades totalmente caóticas, as relações líquidas, aonde nós perdemos essa relação com o outro, a empatia. Ou mais, olhando um pouco mais a fundo a espécie humana, de que o outro é parte de mim. O outro é na verdade o outro lado meu, isso nós perdemos, que é o profundo sentimento da sociedade e da igualdade humana.

**Isso também é questão de medo do humano?**

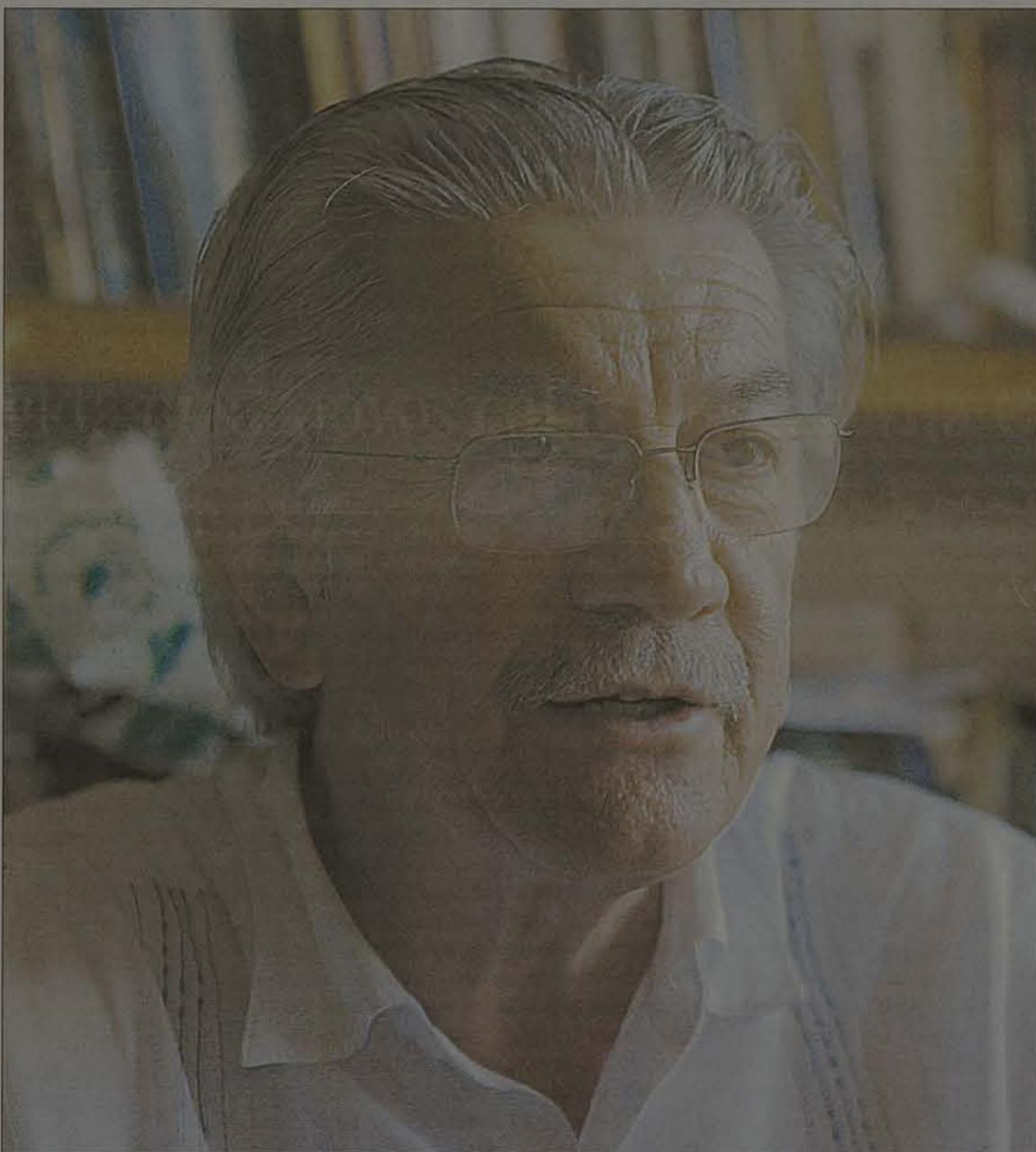
É. Por isso que aqui vem de novo a discussão de que a gente faz entre centro e periferia. O elemento forte que hoje talvez transcenda a questão de classe é a conectividade. Ou seja: quando eu sou capaz de atravessar o lado de lá e o lado de cá é capaz de atravessar o lado de cá. A gente atravessa e se reconhece, e é aí quando a gente se reconhece como humanos, como pessoas, pessoas que têm potenciais. Porque a periferia é um grande capital social, tem uma grande experiência de saberes, de informações, de cultura. Então olhar a periferia do ponto de vista do seu capital social é fundamental, e não olhar a periferia a partir dos danos. Geralmente a gente olha a periferia só a partir dos danos.

**Como algo incômodo?**

Não como algo incômodo, mas como lugares de falta, de empobrecimento. De dizer assim: "Lá não tem água, luz, moradia, não tem isso, não tem aquilo...". Nós não damos um crédito ao outro, de que ele tem um potencial, de que ele é um ser humano e como ser humano ele tem dentro dimensões, sentimentos, sonhos, vontade de viver,



Então acho que essa relação de tu empoderar o outro significa que eu não tenho medo do outro, mas que o outro pode se desenvolver e que o outro pode me ultrapassar. Não no senso competitivo, mas de se dar conta de que pode crescer com dignidade, com qualidade, com possibilidade, com protagonismo, e ter qualidade de vida. Hoje a relação é muito de um ponto de vista alienado.



Os jovens de periferia tem um modo de viver, cultura e saberes e têm relevante contribuição

que nós temos que desenvolver nele. Talvez aqui tenha uma coisa com a religião ou a questão assistencial, do descargo da consciência, que a gente não deu um crédito ao outro, de empoderá-lo, mas a gente deu ao outro coisas, coisas na linha do assistencialismo. E aí nós vivemos numa estrutura de país "casa-grande e senzala". O que fazia a casa grande? Jogava migalhas para a senzala. E a senzala ficou o resto da vida contente com migalhas.



**E porque não empoderam a periferia. Por que dão coisas?**

Porque à medida que eu empodero uma população, essa população pensa, e na medida que pensa, essa população vai escolher, ter possibilidade de escolha. E aí a gente rompe com a democracia representativa e cria mecanismo para um processo de participação local. A gente chama isso de democracia de base. Teria que ter uma atuação direta de pensar os problemas locais, de ajudar a buscar soluções, de ajudar a propor, de articular essa coisa da reivindicação. E, aliás, se a gente olha nesses 30 anos de trabalho, nós propomos muitas coisas que hoje em dia são institucionalizadas. O direito da criança e do adolescente, o estatuto da criança e do adolescente, é uma conquista do movimento dos meninos e meninas de rua. O Ministério das Cidades é uma conquista da reforma urbana que passou pelas lutas de moradias, hoje constitui o Estatuto da Cidade. Então se a gente olha, nós temos muitas conquistas, mas não podemos parar em cima das conquistas. Num mundo onde o sistema capitalista é tão cruel, tão devastador, é necessário materializar a esperança. A esperança não pode ser um discurso vazio.

**E como dar esperança e sentido na vida de um jovem que vem de uma realidade tão devastada?**

A juventude de periferia tem um modo de viver, tem uma série de cultura e saberes e pode contribuir muito com a classe média alta. Como é que a gente trabalha essa rede de relações? Por exemplo, se olharmos do ponto de vista do narcotráfico, a juventude empobrecida é a correia da venda que faz o jogo do papel sujo. A juventude que compra e cheira a cocaína (um produto que é caro) também não tem um significado para a vida. Tanto quanto esse jovem que diz "eu vou viver no narcotráfico porque ele me dá dinheiro imediato e a minha vida não tem sentido. Eu sei que eu posso morrer no máximo em seis, sete anos. Mas pelo menos vivi", esse jovem que não tem oportunidade vai buscar sentido numa arma que o empodera, para poder ter uma perspectiva de ser visível, tanto quanto esse que pra ser visível precisa cheirar cocaína. Então nós vivemos numa crise de sentido da vida, de falta de valorização da vida. Mas a vida tem um grande valor. E quando nós começarmos a recuperar um sentido para a vida, nós vamos recuperar relações, modo de viver, outro jeito de pensar o mundo, outros valores.

Giovanna Chinellato  
giovanna@chinellato.com.br  
Ingrid Fagundes  
ingrid.fagundes@gmail.com  
Mariana Rosa  
mari.rosa.90@gmail.com  
Mirene Sá  
mirenefs@gmail.com



## Floribike pode começar em março de 2013

Projeto prevê a instalação de 68 pontos para aluguel de bicicletas, nos arredores da UFSC

**L**ocomover-se do Centro até a região da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em horários de pico pode levar até uma hora, em dias de semana, se o meio de transporte escolhido for carro ou ônibus. Para melhorar a mobilidade na região e incentivar o uso de bicicletas pela população foi criado o projeto Floribike, um sistema coletivo de aluguel de bicicletas. A ideia é que existam 68 pontos de locação entre as regiões central e universitária, passando pelos bairros Santa Mônica, Trindade, Córrego Grande, Agrônômica e Itacorubi. Além da infraestrutura para aluguel, cada ponto contará com bicicletários abertos à população. Cada estação terá uma espécie de totem para o usuário fazer o cadastro, que nos primeiros dias será acompanhado por um responsável por responder as dúvidas dos interessados. A ideia é que os primeiros 40 minutos de aluguel sejam gratuitos para quem já for registrado no sistema. A distância entre as estações deverá ser de aproximadamente 400 metros e o seu horário de funcionamento deverá ser das 8h às 18h, no mínimo.

O edital da licitação do sistema está pronto e só depende da assinatura do prefeito para ser lançado. A partir do momento em que for publicado, as empresas concorrentes (M2 Soluções em Engenharia Ltda., Serttel Ltda. e Movimento Barcelona) terão 45 dias para enviar os documentos necessários. Depois disso se inicia o processo de verificação destes e avaliação da melhor proposta. A expectativa de Fabiano Faga Pacheco, secretário da Probic (Comissão Municipal de Mobilidade Urbana por Bicicleta de Florianópolis) e responsável pela formulação do edital é de que em março de 2013 as estações já estejam instaladas.

Para Pacheco o edital é um dos

melhores feitos nesse sistema no país. "Em Florianópolis, 70% dos editais são impugnados por alguma falha. Esse edital se dirige especificamente às necessidades da cidade e não a interesses particulares." Um dos defeitos para o secretário é o fato de poucas estações estarem situadas na bacia do Itacorubi.

Outra possível falha é na divulgação, que ficará a cargo da empresa vencedora, responsável por decidir as estratégias de marketing e inserção nas mídias populares e externas (como outdoors). Alunos do curso de design da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) fizeram um projeto para a disciplina Prática

Projetual 5, visando a implantação do Floribike.

Para isso eles usaram um conceito de que este "pode ser um sistema de bicicletas públicas que visa a melhoria do trânsito, ou que mostra às pessoas como é saudável ir ao trabalho de bike ao invés do carro, além de resolver coisas rápidas" – como explica Cristal Muniz, uma das alunas idealizadoras do plano.

O projeto pode transformar o sistema em algo facilmente explorado publicitariamente como no Rio e em São Paulo. "Um sistema de bicicletas sempre vai parar no Instagram, a gente constatou isso com os sistemas novos do Rio e São Paulo, das bikes

laranjas do [banco] Itaú", afirma Muniz.

O Floribike tem como público alvo cidadãos que usariam as bicicletas como meio de locomoção para estudos e trabalho, melhorando a mobilidade urbana na cidade. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Mapa, 74% dos moradores de Florianópolis

usariam bicicletas como meio de transporte e só não o fazem por medo dos motoristas e pela falta de estrutura adequada. A jornalista Laryssa D'Alama acha o projeto interessante e o usaria principalmente pela economia de tempo. "Quando eu venho de carro pela Beira Mar é mais de 30 minutos."

## Ciclistas cobram mais infraestrutura e respeito

Uma das principais reclamações de quem utiliza o meio de transporte alternativo na cidade é a falta de faixas específicas para as bicicletas. A empresa ganhadora do edital ficará responsável não apenas pela infraestrutura das estações, mas também por executar novas ciclofaixas nas ruas da rota do microcentro (região que abrigará as estações) em até seis anos. Isso constará em anexo no edital, porém não impede que a prefeitura pinte essas faixas até lá.

O projeto Rotas Inteligentes existe desde 2003 e tem como objetivo ligar o norte ao sul da Ilha por meio de ciclofaixas, mas não saiu do papel até hoje. Para o presidente da Via-Ciclo (Associação de Ciclistas da Grande Florianópolis), Daniel de Araújo Costa, falta vontade política.

A falta de ciclovias e faixas específicas é um problema, mas a confecção de novas rotas ciclísticas já é uma solução na opinião de Costa. "O que falta é o respeito dos motoristas que desconhecem a legislação dos ciclistas", avalia.

"Quanto mais pessoas começarem a utilizar a bike como meio de transporte, o grupo vai criar visibilidade e serão mais respeitados pelos motoristas." é nisso que acredita Pacheco.

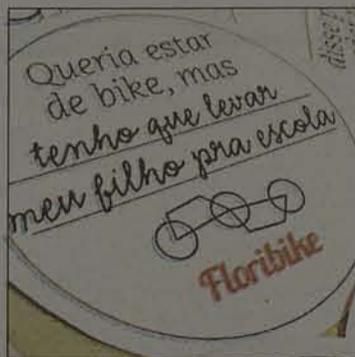
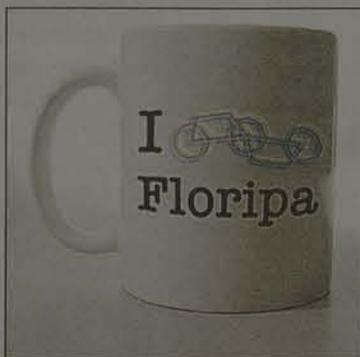
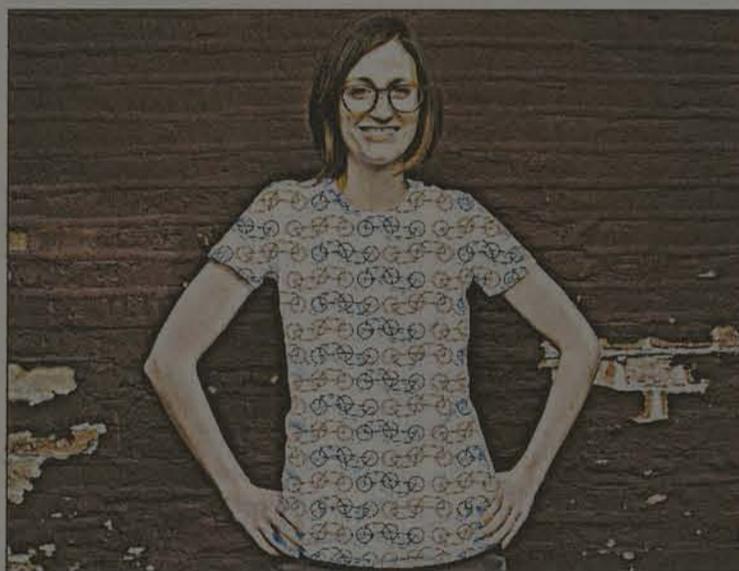


Araújo: falta vontade política

O desrespeito não parte somente dos motoristas, Renata Neris Rodrigues Teodoro, estudante de pedagogia, relata que um dia enquanto estava andando na ciclovia da Beira Mar dois policiais em cima de cavalos ocupavam as duas faixas, impedindo a passagem de bicicletas.

A insegurança é tamanha que Costa conta que já foi derrubado de sua bicicleta em acidentes leves quatro vezes na rua Osni Ortiga, mas garante que o problema não está somente com as autoridades. "Não falta apenas uma vontade política, falta também uma mobilização social dos moradores da cidade", professa.

Jennifer Hartmann  
jennifer.m.hartmann@gmail.com



Publicidade do projeto foi elaborada pelos alunos da Udesc

# Mercado nutrido pela procura da boa forma

Em 2011, o consumo de suplementos alimentares movimentou R\$ 308 milhões nacionalmente

Uma cápsula trinta minutos antes do treino. Aquecimento na esteira, musculação, abdominais, alongamento. Após a sequência, um pó em uma garrafinha aguarda o acréscimo de água mineral para a solução ser, então, ingerida. O consumo de suplementos alimentares entre praticantes de exercícios físicos fica ainda mais evidente com a chegada do verão. Os concentrados de proteína, cafeína, ou carboidrato, que prometem um melhor desempenho no treino, movimentaram R\$ 308 milhões, em 2011, no país. Isso representa um crescimento de 18,4% em relação ao ano anterior, pelas contas da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri).

No país existem hoje seis mil locais que comercializam nutrição esportiva. Em Florianópolis são 40 postos de venda. Dados do Ministério da Saúde revelam que, em 2012, a capital catarinense é a cidade brasileira com mais praticantes de atividades físicas, atingindo 25% dos habitantes. Essa realidade é facilmente comprovada com as academias de ginástica lotadas e os espaços públicos ocupados por pessoas caminhando, correndo, pedalando ou patinando. Independentemente do objetivo de cada pessoa — emagrecer ou ganhar músculos — especialistas

alertam que só a atividade física não adianta. Para bons resultados, é necessária uma dieta equilibrada. Com a correria e o stress do dia a dia, obedecer à risca a uma alimentação equilibrada fica cada vez mais difícil. Dessa forma, o nutriente isolado e de fácil absorção, contido nos suplementos para atletas, são alternativas aos praticantes de exercícios.

Com esse propósito é que a estudante de Ciência e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Débora Rosa, 21 anos, aderiu à suplementação. “Para aumentar a massa muscular, primeiro mudei a alimentação, mas só isso não adiantou. Então comecei a tomar Whey Protein por indicação de professores e colegas da academia, e vi resultados melhores”. Rosa garante que nunca teve nenhum efeito colateral. O produto consumido pela estudante é apenas um dos tipos de suplementação disponíveis no mercado. O analista de sistemas Raphael Nunes, de 30 anos, toma diariamente, além do mesmo concentrado proteico consumido por Rosa, carboidratos, aminoácidos, albumina, polivitamínicos e, às vezes, termogênicos. Ele conta que o consumo teve início há quatro anos, por conta própria, e que já sentiu reações adversas, mas não se surpreendeu. “Quando você está



Procura de nutrição esportiva é comum quando exercícios físicos já não surtem tanto efeito

usando algum suplemento tem que estar ciente dos seus efeitos”. O investimento mensal entre R\$ 250 e R\$ 300, para Nunes, valeu a pena. “Perdi 13 quilos em nove meses e diminuí pela metade o índice de gordura corporal. Então passei para a hipertrofia. Já se passaram três anos e ganhei cerca de dez quilos em músculo.”, comemora.

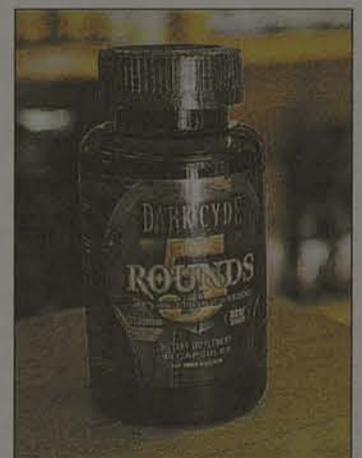
## Em muitos casos, uso é feito de forma incorreta

Apesar dos benefícios, a nutrição esportiva, que não necessita de prescrição médica para ser adquirida, mas que deve ter acompanhamento nutricional, pode apresentar efeitos colaterais e riscos se consumida incorretamente.

A especialista em nutrição funcional Indianara Mencheim esclarece que antes de se recomendar a suplementação é necessário fazer uma avaliação da saúde, da alimentação e do tipo e duração de treino do paciente. “Normalmente a pessoa não precisa dos produtos”, destaca. Para Mencheim, o risco maior está na dosagem errada ingerida. “Tomando acima do recomendado, a pessoa pode ter danos no coração, rim e no fígado e até crises convulsivas”.

A nutricionista lembra que é possível obter bons resultados contando apenas com os nutrientes da alimentação diária, mas que é preciso ser persistente. “É difícil, mas é possível. A prioridade é que cada paciente tenha uma alimentação saudável. Isso é o começo de tudo”, recomenda. Contudo os suplementos são indicados para atletas de alta performance ou para quem treina pesado — hipertrofia, endurance, e *body building*.

A professora de ginástica Rebeca Köerting comenta que é comum



alunos pedirem indicação de suplemento, mesmo sem conhecerem os produtos. “Quase todo mundo desfila pela academia com os pós ou com as cápsulas. Hoje há muito consumo indiscriminado, pelo preço baixo e fácil acesso. Virou moda”, constata. Para a professora, o risco é grande, porque essas substâncias modificam a atividade metabólica, aumentam a temperatura corporal e a frequência cardíaca, além de atuarem no sistema nervoso reduzindo a percepção de esforço. “Uma pessoa sedentária pode ter hipotermia, desidratação, taquicardia, e enjoo ao tomar o suplemento.”

Gabriele Duarte  
duartes.gabriele@gmail.com

## Falta regulamentação de produtos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou em julho um alerta sobre o perigo do consumo de suplementos alimentares como Jack 3D, Oxy Elite Pro, Lipo-6 Black. Todos eles possuem a substância dimethylamylamine (DMAA), que teve a comercialização proibida no país.

Liliane Fernandes, especialista em regulação da Anvisa, reforça que a substância tem efeitos estimulantes sobre o sistema nervoso central, podendo causar dependência, insuficiência renal, falência do fígado e alterações cardíacas que podem levar à morte. Em 2011, Wilson Sampaio Júnior, de 18 anos, foi encontrado morto pelos pais, em Recife (PE), depois de tomar por alguns dias doses altas de Jack 3D. Os estabelecimentos que descumprirem a determinação podem ser multados entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão. Ainda assim, observa a Anvisa, o comércio permanece: em produtos mimetizados, que omitem a substância proibida nos rótulos, ou por contrabando pelos correios e aeroportos, vindos de pequenos compradores. Apesar do controle com a DMAA, a suplementação alimentar não é uma categoria regulamentada no Brasil. De acordo com a Resolução RDC nº 18 de 2010, essas substâncias estão isentas de registro, mas devem seguir critérios de classificação, indicação, composição e rotulagem. No portal da agência ([www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)) está disponível ao consumidor uma lista das substâncias proscritas.

O presidente da Abenutri, Hilton Jr. considera a legislação brasileira muito rígida. “A partir da comprovação que o produto não causa nenhum perigo à saúde, a decisão de tomar ou não deveria ser do consumidor. A Anvisa acaba



Substância proibida pode causar dependência

por restringir as opções disponíveis para consumo”, defende. No entanto, Fernandes julga fundamental o controle devido ao forte apelo publicitário dos suplementos. “O Brasil ainda precisa avançar para uma transição de controle pós-mercado, mas sem expor a população aos riscos que o uso indiscriminado desses produtos pode trazer”, pondera.

# Aposentado doa seu corpo para ensino e pesquisa

Voluntário quer continuar ajudando HU mesmo depois de morrer

**D**ico está, como sempre, todo de branco: camiseta, calça, pulseira do relógio e inclusive o cabelo, completamente alvo. “Adoro branco, visto todo dia, e é por gosto, não é por causa do hospital, não.” Colorido, só mesmo o crachá da Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU), que ele ostenta com orgulho no peito. É fácil encontrá-lo perambulando pelos corredores da área A do hospital. Leva café ali, ajuda alguém em cadeiras de rodas aqui, ajeta a capela quando vai ter missa, bate papo com Dona Maria, na recepção. Aos 73 anos, é voluntário no HU e uma espécie de faz-tudo. Foi a solução que encontrou para não ficar em casa, fazendo nada. “Assim eu encho o tempo e ajudo os outros”, explica. Há cerca de oito anos, Dico decidiu ser útil também depois da morte: assinou um termo de doação do próprio corpo, disponibilizando-o aos estudos do Laboratório de Anatomia da UFSC.

Na história da universidade, outras 93 pessoas tomaram a decisão de doar seu corpo para o Anatômico. O termo de doação mais antigo data de 1986. A doação de corpos é um dos meios que o laboratório tem de conseguir cadáveres, fundamentais para o estudo e formação técnica dos profissionais da saúde. Segundo a Sociedade Brasileira de Anatomia, a dissecação do corpo humano é a técnica mais eficaz para o entendimento de sua estrutura e funcionamento. Estudantes de dez cursos de graduação recebem aulas no Anatômico da UFSC.

O técnico em anatomia Diego Martins conta que desde o segundo semestre de 2010, quando começou a trabalhar no Anatômico, apenas três cadáveres provenientes de doação chegaram ao laboratório. Ele conclui que muitos doadores ou ainda estão em vida, ou morreram e a família não consentiu com a doação. Dico deixou bem claro para os dois irmãos, única família que lhe resta, que devem respeitar sua decisão, à qual se mostraram neutros. Seu desejo é continuar servindo à universidade, como fez durante toda a vida. “Trabalhei aqui, vi isso aqui crescer, quero morrer e deixar meu corpo aqui. Melhor do que ficar apodrecendo debaixo da terra”, confidencia.

Natural de Florianópolis, Dico começou a trabalhar na UFSC em 1959. Fazia a limpeza de salas e banheiros no antigo Departamento de Filosofia. Depois de alguns anos, prestou um concurso interno e passou a assistente administrativo, função que exerceu até a aposentadoria. Ele garante ser uma das dez pessoas mais antigas da UFSC. “Aqui todos me respeitam e gostam de mim”, assegura. Para não sair do meio universitário, ele se tornou voluntário da AAHU, depois que se aposentou.

A afinidade com a área da saúde provavelmente surgiu quando cuidava da mãe acamada, que padecia de câncer e diabetes. Era seu enfermeiro, dava banho, comida e assistência de filho. “Faz 28 anos

que ela se foi”, diz, sem parar para fazer as contas. Desde que a mãe morreu, Dico mora sozinho. Nunca se casou e não teve filhos.

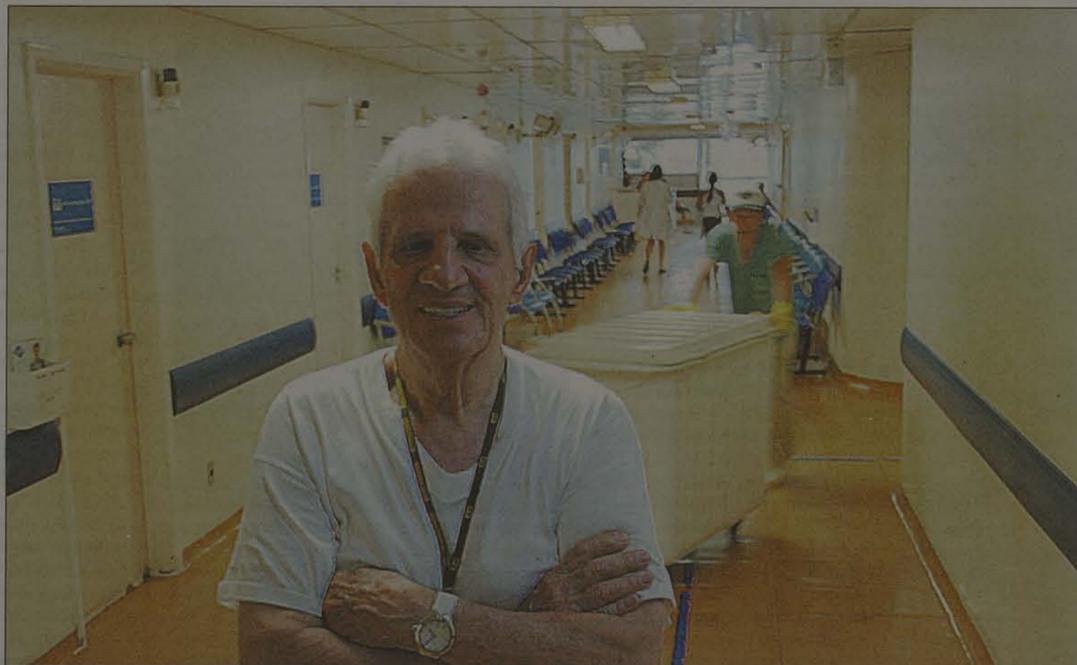
Seu nome de batismo é Osvaldo Gonçalves. Como virou “Dico”, nem se lembra mais. Estudou até a quarta série. “O resto, a vida me ensinou”, conta, e faz questão de ressaltar sua boa educação: “Não falo palavrão, não guardo mágoa de ninguém, você pode ir lá no computador da polícia que não vai achar nada sobre a minha pessoa.” Abnegado, Dico é “um pouco espírita, um pouco católico”. O desapego foi um dos fatores que o levaram a doar seu corpo, apesar de ter certeza que ele será bem tratado: “Ali no Anatômico eles cuidam bem, estudam com respeito, que eu sei”, afirma convicto.

Dos que sabem que Dico é doador, alguns encaram com estranheza. De fato, a doação de corpos é uma prática incomum. De acordo com o coordenador do Laboratório de Anatomia da UFSC, Hamilton Duarte, de uma a quatro pessoas resolvem se tornar doadores por mês. Felizmente, não faltam cadáveres no laboratório. Há cerca de 100 corpos no Anatômico, 33 deles ainda fechados, ou seja, que não sofreram nenhum processo de dissecação. “Em toda história da UFSC, devem ter passado uns 500 cadáveres por aqui”, calcula Alan Santos, técnico em anatomia.

A grande maioria desses corpos veio do Instituto Médico Legal (IML), com o qual a universidade tem um convênio para receber cadáveres não reclamados. A lei nº 8.501, de 1992, autoriza corpos de pessoas que não foram procurados por familiares a serem aproveitados para ensino e pesquisa. O Serviço de Verificação de Óbito, um documento expedido pela prefeitura, é o que autoriza a UFSC a utilizar o corpo vindo do IML. A média de cadáveres que o Anatômico recebe de lá é de seis ao ano.

Segundo os técnicos, o laboratório tem preferência por corpos doados. Como quase todos os cadáveres vindos do IML são de indigentes, eles chegam necropsiados. Geralmente, a necropsia é feita sem muito cuidado, o que acaba inutilizando estruturas anatômicas delicadas, como o cerebelo. Além disso, corpos não reclamados permanecem por 90 dias na câmara frigorífica do IML, tempo de segurança para que algum familiar procure pelo morto. O gelo queima a pele do cadáver, alterando a cor. Corpos de doadores chegam ainda fechados e em melhor estado.

**Luísa Nucada**  
nucada@gmail.com



Osvaldo Gonçalves, o Dico, assinou o termo de doação e vai ajudar no aprendizado dos estudantes de dez cursos da UFSC



Sempre de branco, o quarto de um doador não tem mais de seis anos.

# Reforma melhorou situação do Anatômico

No primeiro semestre de 2008, a situação do Anatômico estava tão precária que ele foi interditado. Não havia sistema de exaustão, importante para dissipar o cheiro do formol, que é volátil e pode causar câncer. As cubas de armazenamento ficavam dentro do laboratório, e toda vez que alguém tinha de retirar um cadáver desses tanques metálicos, molhava todo o chão de formol.

Havia poucos funcionários, que muitas vezes não tinham equipamentos de proteção individual disponíveis para uso. Segundo o ex-técnico Luiz Carlos Peixoto, já faltaram até luvas. O forro do teto era vazado, o que permitia que gambás, abundantes na área do departamento, caminhassem sobre o Anatômico. Peixoto já encontrou fezes desses animais pelo chão.

Depois de reformas, o Anatômico reabriu no segundo semestre de 2009. Agora, o teto é todo coberto. O laboratório tem exaustor, ar condicionado e materiais, como luvas, máscaras e folhas de papel. Duas das seis cubas de armazenamento existentes têm um sistema elétrico que retira o cadáver lá de dentro, sem que o técnico precise mergulhar os braços no formol para

fazer esse trabalho. Além disso, as cubas ficam em uma sala separada do laboratório onde os estudantes têm aula. Foram contratados novos funcionários. Hoje, são quatro técnicos em anatomia e cerca de 30 monitores, que auxiliam e tiram dúvidas dos alunos.

Pouco a pouco, o Anatômico está substituindo o uso do formol pela glicerina, que não é cancerígena e tem cheiro mais suave, porém é mais cara. Uma peça conservada em glicerina pode ficar fora desse reagente por até cinco anos, já o formol não tem a mesma capacidade de conservação. Uma peça grande, como o corpo inteiro, não pode ficar nem um dia sequer fora do tanque. Segundo o coordenador do laboratório, o objetivo é eliminar a fixação de corpos no formol. No próximo semestre, cinco cadáveres serão completamente conservados em glicerina.

A estudante de Medicina Karoline Kuhnen, monitora do Anatômico, está satisfeita com a nova estrutura. “Realmente não falta cadáver, cada turma tem direito a dois corpos para realizar seus estudos. Fico espantada com a dedicação dos técnicos, eles fazem um trabalho bem cuidadoso de catalogação,

documentam e organizam tudo”, relata. A monitora Paula Vidal, estudante de Biologia, só acha que falta um pouco de espaço para armazenamento de peças e realização das dissecações. “De resto, está tudo ótimo. A limpeza é feita com

bastante frequência”, observa. Os dez cursos que têm aulas no Anatômico são: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Tecnologia Agroalimentar.

## Depois de chegar do IML, corpo leva seis meses até ser utilizado em aula

O cadáver é levado ao Anatômico pelo carro da funerária que estiver de plantão no dia. Num raio de 15 km, a empresa é obrigada por lei a fazer o trajeto no mínimo 40 dias, para que ocorra a fixação do produto. Geralmente, o cadáver permanece no tanque por cerca de seis meses, tempo em que algum familiar pode reclamar sua devolução. Depois disso, está pronto para ser disse-

cado. Chegando ao laboratório, o corpo passa por processos de catalogação. No Protocolo Cadavérico, todos os dados conhecidos do morto são computados. Os técnicos fotografam o cadáver, atendo para clicar possíveis cicatrizes, tatuagens, ou marcas que ajudem a identificá-lo, e registram suas digitais.

Em seguida, é feita a tricotomia: raspagem de todos os pelos do corpo com uma máquina de cortar cabelo. Depois, os técnicos injetam formol no cadáver através da artéria femural, que

se encarrega de espalhar o líquido por todo organismo. O corpo é imerso numa cuba de armazenamento, um tanque metálico cheio de formol, onde deve ficar no mínimo 40 dias, para que ocorra a fixação do produto. Geralmente, o cadáver permanece no tanque por cerca de seis meses, tempo em que algum familiar pode reclamar sua devolução. Depois disso, está pronto para ser disse-

cado. A média de tempo que um cadáver é utilizado é de seis anos, mas alguns chegam a ficar por mais de uma década no laboratório. Após sua vida útil, os restos biológicos são recolhidos pela mesma empresa que busca o lixo hospitalar do HU.

## Passo-a-passo do último passo

Os interessados em doar seu corpo ao Laboratório de Anatomia da UFSC devem seguir algumas etapas:

1. Comparecer ao Departamento de Ciências Morfológicas da universidade (MOR), no Centro de Ciências Biológicas (CCB), e assinar dois documentos: o Termo de doação de órgãos e restos mortais (corpo) e o de Consentimento informado a doação. Este último também deve ser assinado por duas testemunhas. Há um terceiro documento, o Termo de Testemunho à doação de órgãos e restos mortais, a ser assinado por um parente do futuro doador. Os três documentos devem ser registrados em cartório.
2. Após a morte do doador, a família informa o MOR de que o corpo está disponível, e ele é levado ao laboratório através de uma funerária.
3. O velório pode ser realizado na casa do doador ou no Departamento de Morfologia. Caso, após a morte, os familiares do doador não estiverem de acordo com a doação, ela não é realizada. Se a família se arrepender, mesmo após a doação, pode solicitar ao MOR a devolução do corpo.

## Mitos e lendas do laboratório de cadáveres

As histórias a seguir foram relatadas por Luiz Carlos Peixoto, que foi técnico no laboratório por mais de 30 anos. Entre lendas e folclores, ele confirma:

### Missa do Cadáver

Anos atrás, era realizada uma missa semestral para os cadáveres com a primeira turma de medicina, o curso que mais utiliza o Anatômico durante a graduação. O culto era um grande evento, participavam autoridades da UFSC e, quando podia, também o reitor. “A missa era muito legal, os alunos se empenhavam, ensaiavam músicas”, lembra Peixoto. Inicialmente, as missas eram celebradas nas salas do CCB, depois no Templo Eucumênico, mas já teve missa até no planetário.

### Cadáver célebre

Peixoto se recorda bem do último cadáver em que injetou formol. O corpo chamou a atenção por ser o da primeira mulher de Chico Anysio, Nancy Wanderley. A atriz e comedianta morava em Florianópolis e, em vida, manifestou o desejo de doar seu corpo para a ciência. O célebre cadáver se encontra até hoje no Anatômico da UFSC.

### Por um salário mínimo

O ex-técnico também conta que várias pessoas já tentaram vender seus corpos para o laboratório. Há muitos anos, um programa de TV informou que a UFSC estava com falta de cadáveres, tendo de ir buscá-los na Universidade de São Paulo. Pagava-se um salário mínimo pelo formol e os serviços de conservação já realizados pela instituição paulista. Alguns telespectadores entenderam que a UFSC estava comprando corpos por um salário mínimo, e dezenas de pessoas compareceram ao Anatômico tentando se vender. “Dava um trabalho convencê-los de que a UFSC não comprava corpo nenhum. Muitos ficaram indignados”.

### Oração ao Cadáver Desconhecido

O médico tcheco Karel Rokitsansky, inventor de uma técnica de autópsia utilizada até hoje, escreveu, em 1876, a Oração ao Cadáver Desconhecido. O quadro com a prece emoldurada está pregado na parede de uma das salas do Anatômico da UFSC.

### Oração ao Cadáver Desconhecido

“Ao curvar-te com a lâmina rija de teu bisturi sobre o cadáver desconhecido, lembra-te que este corpo nasceu do amor de duas almas, cresceu embalado pela fé e esperança daquela que em seu seio o agasalhou, sorriu e sonhou os mesmos sonhos das crianças e dos jovens, por certo amou e foi amado e sentiu saudades dos outros que partiram, acalentou um amanhã feliz e agora jaz na fria lousa, sem que por ele tivesse derramado uma lágrima sequer, sem que tivesse uma só prece.

Seu nome só Deus o sabe, mas o destino inexorável deu-lhe o poder e a grandeza de servir a humanidade que por ele passou indiferente.”

Karel Rokitsansky (1876)

Ao cadáver, respeito e agradecimento

# Novas regras na reabertura do Garapuvu

Edital que formaliza normas para uso dos espaços da Universidade sai até o final do ano

**P**assados dois meses do cancelamento dos shows com cobrança de ingressos agendados para o Centro de Cultura e Eventos por irregularidades nos contratos de concessão, a UFSC, por meio da Secretaria de Cultura (SeCult), publicará até o final do ano um edital que formaliza o uso dos espaços da universidade por terceiros em 2013. O objetivo é que 30% das datas dos dez espaços gerenciados pela secretaria sejam destinadas para eventos de fora da universidade que poderão ser realizados entre os dias 1º de março a 20 de dezembro do próximo ano. Os proponentes de projetos terão 45 dias após a publicação do edital para se inscreverem, e serão avaliados pela comissão de seleção que divulgará o resultado no início de março.

A comissão, composta por cinco

pessoas, irá escolher os projetos baseados em 15 critérios preestabelecidos, que em sua maioria visam questões sociais como "abrangência social do projeto, sustentabilidade ambiental, visibilidade aos grupos sociais discriminados e marginalizados e valorização da cultura local". Para selecionar os projetos, foram escolhidos para a comissão membros com experiência nas áreas acadêmica, científica, cultural, educacional, religiosa ou artística. Porém a solicitação de terceiros é a última das cinco etapas de definição do calendário dos espaços da SeCult, inclusive o do auditório do Centro de Cultura e Eventos.

O teatro Garapuvu é o local mais requisitado, pois grande parte de suas datas são destinadas às formaturas, que têm prioridade. Os eventos marcados antes da mudança vêm a seguir, junto com os eventos institu-

cionais. Após isso os centros de ensino são consultados, para que as datas restantes sejam abertas às produções de fora do campus. A comissão também pode intervir no local do evento, indicando ao solicitante qual o espaço mais adequado para o tipo de espetáculo.

De acordo com o secretário de cultura da UFSC, Paulo Ricardo Berton, coordenador da comissão, é possível que em 2013 a meta de 30% das datas ao público externo não seja alcançada, pois a greve resultou no atraso do calendário acadêmico e, consequentemente, de alguns compromissos agendados. Porém a expectativa para 2014 é a normalização da nova proposta de ocupação dos espaços.

A elaboração do edital começou em outubro, após o cancelamento dos shows no Centro de Cultura e Eventos ocorrido em setembro (veja histórico

do caso), quando foi montada uma comissão para regularizar o uso de todos os espaços culturais da UFSC. Como gerenciadora dos dez espaços, a SeCult foi a responsável pelo edital, avaliando os aspectos de interesse da UFSC. Segundo Berton, o processo, que já dura dois meses, teve de ser feito com cuidado, principalmente

na fase de conclusão. "Tivemos várias conversas com o procurador-chefe (César Dirceu Obregão Azambuja, o mesmo que emitiu o parecer para o cancelamento dos shows acatado pela reitoria) para acertar os detalhes legais para que não haja nenhuma falha, mas as coisas estão correndo bem."

## Entenda como começou

No dia 28 de setembro a reitoria da UFSC divulgou nota de esclarecimento sobre o cancelamento dos espetáculos com cobrança de ingresso no auditório Garapuvu, com base no parecer do procurador César Dirceu Obregão Azambuja emitido três dias antes. Na ocasião, a reitoria encaminhou o caso para investigação judicial, por meio de denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), e administrativa, com a abertura de uma sindicância. O parecer diz que foi encontrado apenas o termo de permissão para o show de Milton Nascimento realizado em agosto deste ano. Depois que alguns termos foram encontrados, a Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU), C5 Produções e Orth Produções apareceram em termos de uso informais.

## Espaços da SeCult

<b>Auditório Garapuvu</b>	1371 lugares	Centro de Cultura e Eventos
<b>Copa</b>	10 lugares	Centro de Cultura e Eventos
<b>Hall para exposições</b>	—	Centro de Cultura e Eventos
<b>Salas Goiabeira, Laranjeira e Pitangueira</b>	75 lugares (cada) 225 (unidas)	Centro de Cultura e Eventos
<b>Auditório da Reitoria</b>	203 lugares	Reitoria da UFSC
<b>Templo Ecumênico</b>	301 lugares	Praça da Cidadania
<b>Teatro da UFSC</b>	108 lugares	Departamento Artístico-Cultural
<b>Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim</b>	900 pessoas	Baía norte da ilha, acesso marítimo
<b>Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés</b>	150 pessoas	Baía norte da ilha, acesso marítimo
<b>Fortaleza de São José da Ponta Grossa</b>	300 pessoas	Morro da Ponta Grossa, norte da ilha

## Processos sobre o caso estão longe do término

Encaminhados há mais de dois meses pelo gabinete da Reitoria, as ações referentes ao Centro de Cultura e Eventos estão longe do fim. Na esfera judicial, o caso foi enviado para a Procuradoria da República de Santa Catarina com previsão de análise em fevereiro, quando a coordenadora da Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal Daniele Cardoso Escobar voltar de férias. Já administrativamente o caso é mantido em sigilo pelo chefe de gabinete, Carlos Vieira "para evitar que possíveis acusados usem isso para cancelar qualquer decisão posterior".

Ambos processos foram encaminhados no início de outubro por Vieira. No jurídico, a ação passou por avaliações preliminares até chegar à mesa de Escobar no início do mês, porém está atrás de casos mais antigos e ainda não foi analisado pela delegada, que entrou em férias no

último dia 10. Já na parte administrativa, Vieira afirma que a sindicância deve ser finalizada até o final de 2012, mas não revela mais informações das investigações. "Este é um espaço de defesa dos acionados, não se faz nenhum juízo de valores, portanto, legalmente pode ser inviabilizado por quebra do sigilo", justifica.

A sindicância tem um prazo de 60 dias para análise de documentos e manifestação dos envolvidos, porém o período pode ser estendido se algum dos membros (que são voluntários) se retirar. Quando finalizada, a ação volta à procuradoria, que reavalia o caso e indica seu arquivamento ou o julgamento à reitoria, que acata ou não. Se não forem absolvidos, os envolvidos podem sofrer advertência, suspensão ou exoneração.

Lucas Inácio  
lucasinacio.jor@gmail.com

# Emaús influencia o estilo de vida de jovens

Movimento católico, presente na Capital há 38 anos, procura se adaptar aos novos tempos

Quatro jovens com idades entre 18 e 25 anos conversam, dão risadas e caminham em direção ao Centro Arquidiocesano de Pastoral (CAP) da Igreja São Sebastião, no Centro de Florianópolis. Mesmo com o domingo de chuva, eles vieram participar da Escola Missionária, palestra organizada todo mês para os grupos de jovens do Emaús.

Trata-se de um movimento da Igreja Católica para a evangelização de jovens, há 44 anos no Brasil. Para fazer parte, a pessoa precisa participar do Curso de Valores Humanos e Cristãos, um retiro de três dias que, em Florianópolis, é realizado no Morro das Pedras. O que acontece lá é sigiloso, são momentos exclusivos. Depois do retiro, os participantes se reúnem toda a semana para discutir e estudar temas do dia-a-dia e religião.

Relatos animados de quem já participou e o mistério sobre o que acontece nesses três dias despertam a curiosidade de muita gente. Foi o caso de Mariana Uliano, que está no movimento há nove anos. O irmão e um amigo foram ao retiro e voltaram diferentes. Curiosa, Uliano resolveu ir também. "O curso é especial. Aprendi a perdoar, dar lugar na fila, passei a beber menos e principalmente revi meus objetivos de vida. Mudei de profissão de engenheira para fonoaudióloga porque passei a me preocupar menos com o retorno financeiro e mais em estar realizada, feliz e fazer o bem", confessa.

Orientador espiritual do Emaús Florianópolis, o padre Vitor Feller participa de todos os retiros, celebra as missas aos sábados e participa de algumas reuniões com grupos de jovens. Ele conta que assuntos polêmicos como drogas e álcool são discutidos e o padre considera que o consumo dessas substâncias é uma ofensa ao corpo, à família e a Deus. Também assegura que são muitas as pessoas que "se convertem e abandonam essas coisas".

O padre Vitor procura acolher os jovens e perguntar como vai o relacionamento. Quando o assunto é sexualidade, ele é enfático: "Sexo é um dom de Deus, não é para abusar. Sou testemunha de muitos casais jovens que optaram pela castidade, mesmo depois de já terem iniciado uma vida sexual", garante.

Rafael Mariotto, 25 anos, é namorado de Taciana Greter, que mora em Blumenau. Os encontros de grupo ajudam o casal a ficar próximo, pois ela precisa vir à capital todo fim de semana. "Minha mãe pergunta se eu tenho mesmo que ir todo domingo. Digo que vou porque quero, gosto, me faz bem", conta Greter. Mariotto destaca que "existe muita alegria dentro do Emaús. A gente continua saindo, mas a nossa consciência fica fortalecida".

Há dez anos no movimento, Renan Schlickmann namorava uma colega do movimento. Ele recorda que um dos motivos para os jovens se afastarem das reuniões é o término de namoro. Quando o relacionamento acabou, ele não se sentia mais à vontade nas reuniões e parou de frequentá-las por um tempo. "Tentei ir a um encontro, mas mexeu comigo, saí chorando."

## Atravessando Gerações

Foi no Emaús que Alexandre Espíndola e Cristina Elias se encontraram. Um ano e sete meses de namoro se passaram até se casarem. Depois do casamento, os dois, que frequentavam o grupo de jovens, juntaram-se

ao grupo de casais.

Hoje, são vice-presidentes do Emaús de Florianópolis. A história do casal, sempre junto ao movimento, despertou a curiosidade da filha Marina Espíndola, que queria entender porque eles gostavam tanto e o que tudo aquilo tinha de especial. A jovem de 18 anos foi ao retiro feminino no mês de agosto e continua frequentando as reuniões.

Já na vida de José Marcos Moser e Maria Aparecida Moser, presidentes do Emaús em Florianópolis, o movimento apareceu de forma invertida. Eles faziam parte de outro grupo católico para casais e foi a filha Marília quem trouxe os pais para as reuniões. Eles participaram do retiro como ouvintes e começaram a orientar os grupos de jovens. Estão atuando há nove anos.

Foi por intermédio do Monsenhor Bianchini que Edimundo Simone Neto, de 60 anos, participou do primeiro retiro do Emaús em Florianópolis, no ano de 1974. "Na verdade resolveram me participar", brinca. "Eu era amigo do Monsenhor Bianchini, me confessava com ele desde guri." Ele conta que o retiro é igual desde então. "As palestras têm que se adequar para ficarem atuais, não dá para falar hoje com o jovem o que se falava em 74". O participante destaca que, na época, a juventude estava revoltada com a ditadura e que por muitos anos o curso foi vigiado. "Mas a revolução que era feita era do amor".

Dentro do Emaús, Neto conheceu a esposa. Os três filhos também fizeram Emaús e um dos filhos conheceu a esposa lá também. Os eventos que integram os grupos trouxeram namoro e amizades duradouras. Neto relembra animado que ainda vai ao casamento da filha de um amigo que conheceu no primeiro retiro. "Todos os meus amigos hoje tem uma figura em comum: Jesus Cristo."



Participação no movimento passa de pais para filhos; alguns casais se formaram no grupo

## Perfil do público mudou

O Emaús – que significa "encontro diário com Cristo" foi fundado como "encontro da juventude" em São Paulo, no ano de 1968.

Para fazer parte, jovens de 18 a 26 anos fazem um curso de valores humanos e cristãos. O retiro começa na quinta à noite e acaba no domingo para a celebração da missa. Não é preciso ter feito o curso para ir aos encontros, mas os participantes acreditam ser essencial.

O Emaús foi trazido para Florianópolis pelo Monsenhor Bianchini em 1974. Hoje cerca de 200 jovens participam das atividades na capital em 12 grupos. Em Santa Catarina, também há curso em Brusque, Jaraguá do Sul e Joinville. Jovens de outras religiões também fazem o curso. "O importante é acolher a todos", destaca Alexandre Espíndola, vice-presidente do Emaús. A mudança no perfil dos que vão ao retiro é percebida por José Moser, presidente do Emaús Florianópolis. Antigamente a maioria era católico, crismado e praticante. Hoje, participa até quem não é batizado. Mas, se quiser, o jovem pode receber os sacramentos.

Nem todos permanecem no movimento. Ana Cláudia Simone foi ao retiro com uma amiga em 2008 e conta que não sentiu o mesmo que as outras meninas. Simone só foi frequentar algumas reuniões em 2010, quando foi ao retiro como monitora. Dessa vez, a sensação foi outra. "Foi um dos melhores fins de semana da minha vida", conta. Simone se distanciou de novo do movimento no fim do ano porque foi viajar. Depois disso, não retornou mais às reuniões.

Sâmia Fiates  
samiapf@gmail.com

Jéssica Melo  
jehmelo0@gmail.com

# Famílias lutam por casa própria em S. José

Cerca de 200 famílias sonham com moradia, um mês após despejo de outro terreno anunciado

A rua não tem asfalto, é desigual e cheia de buracos, com pedras e plantinhas aqui e ali. Tem ao todo uns 30 passos de extensão e quatro de largura. Termina num muro com a frase: "Ocupamos a Terra Prometida". Em frente ao letreiro, as casas de madeira e telhas de cimento têm 25 m<sup>2</sup> cada. Logo à frente, as duas cabines de madeira, soltando os pregos na lateral, são o único banheiro de 100 famílias. Dois meses atrás não existia rua, nem casinhas, nem banheiro. A Ocupação Contestado nasceu na madrugada do dia 7 de novembro, com barracas de lona e estacas de madeira. "Eu digo pra você, aqui é 100% melhor que o ginásio", diz satisfeita Leonilda Dias da Luz, que cozinhou por dois meses para a ocupação, estica o dedo para enfatizar a seriedade da frase.

O Ginásio do Jardim Zanellato é onde as famílias passaram 28 dias depois de serem despejadas de um terreno prometido pelo prefeito de São José durante um comício eleitoral. Às vésperas das eleições, o prefeito de São José, Djalma Berger, incentivou cerca

de 200 famílias a construir suas casas na avenida das Torres, na Serraria. No dia 10 de outubro, houve o despejo, determinado pela Justiça. Todos tiveram uma hora para desocupar as casas. O decreto que Berger assinou no comício nunca tivera validade.

O ginásio foi a opção de quem não tinha para onde ir. Sem os pertences mais básicos, as famílias passaram a viver de doações. Dormindo nas arquibancadas e vivendo em condições precárias, as pessoas ficaram doentes, com diarreia, febre e dores musculares. Na madrugada do dia 7 de novembro, as famílias ocuparam um terreno na travessa Eduardo Manoel da Rosa, no bairro Serraria, com ajuda do grupo chamado Brigadas Populares, formado por jovens estudantes que participam dos movimentos sociais, dentre os quais há muitos alunos da UFSC. Alguns chamam a ocupação de Vila Contestado, numa referência à revolta centenária que envolveu forças do governo federal e nativos, chamados de caboclos, que ocupavam terras à margem da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Agora, os 300 novos caboclos já ousam sonhar de novo com uma casa própria.



No muro, ironia sobre promessa de campanha nas eleições de 2012

## Assim é a vida dos "novos caboclos" na Vila Contestado

Marilei Pereira dos Santos está com o caçula Caio, de três anos, espreguiçando no seu colo. Cássia, também sua filha, se equilibra numa outra cadeira de plástico. Aos pés deles, Tobi, o vira-lata amarelo, aproveita uma sombra para descansar. Tobi está com eles desde o dia da ocupação, comendo e dormindo junto, pois, no ginásio, Caio já estava ficando doente de triste com a falta do cachorrinho. Marilei tem outros dois filhos, "brincando por aí". Só o marido trabalha para sustentar a família, já que Marilei precisa cuidar das crianças. Ele é servente de obra e passa os dias construindo casas para outras pessoas, sem nunca ter tido uma para si. "A gente vivia pagando aluguel, sempre. Agora estamos na luta por uma casa própria." Tobi escapa justo na hora da foto, Cássia arruma o cabelo, Caio senta ereto, Marilei sorri.

Três lotes para baixo da rua geral, é a morada de Maximiano Vieira, de 75 anos, e a companheira Jeni. Os médicos disseram para Vieira comer

e beber tudo o que tivesse vontade, "você tem seis meses de vida". Ele sorri: "Isso foi em 5 de maio de 1981". Depois de 12 anos com uma veia inflamada no cérebro, ele diz que encontrou sozinho o remédio: "Fui me apegando com Deus, me apegando... Até que aliviou a vista, acabou a dor de cabeça. Hoje eu estou curado." Jeni mostra a camiseta religiosa, com os dizeres "Sê tu uma benção". Mas apesar da grande fé em Deus, é a fé nas pessoas que faz com que o casal acredite numa casa própria: "Logo, logo, nós vamos receber um teto bom, com ajuda do povo. Tem muita gente que é boa, com coração".

João Luís de Oliveira, 57 anos, participa da "comissão de segurança" da Vila Contestado. São em oito na equipe, que fazem rondas alternadas até três horas da manhã. Oliveira pegou o turno da noite, porque durante o dia trabalha de pedreiro e carpinteiro para sustentar os 11 filhos e a esposa. "Não tá fácil, mas uma hora chegamos lá". Ele deixou a família por um

tempo na casa de aluguel, no bairro José Nitro - ele tem medo de que a ocupação não dê certo. Mas há dez anos vivendo no aluguel, acrescenta logo: "a nossa esperança está aqui".

Gisele França Marino é responsável por uma das cozinhas da vila. A comida vem de doação. Tem dia que tem, tem dia que não. "No ginásio só veio coisa nos primeiros dias, depois tinha que passar o chapéu e mesmo assim faltava".

Antes de ir para o ginásio, morava com o marido e os filhos de favor na casa da mãe. "Minha mãe incomodava muito, até que veio incomodar de novo e agora tamo (sic) aqui nessa guerra, nessa batalha". Ela interrompe a conversa depressa, para avisar aos outros que não é para dar café para as crianças que estão na porta. Daqui a pouco vão fazer suco e distribuir pão de trigo.

Do lado de fora, Ismael Lemos de Sousa esconde a cara quando vê a câmera. Estava ocupado esse tempo todo, e brinca que era para fugir da

entrevista, mas logo conta sua história. Aos 34 anos, é chamado por todos na Vila de "Ismael, o electricista". Ele ajudou a fazer funcionar um aparelho de nebulização, necessário para uma moradora que acabara de sair do hospital.

Sousa também fez a cotação dos cabos, que vão trazer luz para os barracos: são 600 metros, R\$ 1.200 em cabo. Atua ainda na segurança e coordena um dos núcleos. "Isso aqui não é só para mim, é para todos. E eu vou colaborar no que puder. Pena que os de fora não enxergam nosso ideal". Ele diz que a vida ali é tensa, como num campo de guerra, porque não se sabe qual vai ser a reação do governo. "Mas aqui dentro é tudo tão tranquilo...". O electricista passa os olhos pelo terreno e sorri. "Arrumei uma nova família."

Rosana Pereira da Silva tem 38 anos. No dia 6 de dezembro, foi mãe da primeira filha da Vila Contestado, Maria Isabel. O marido Jeneide, de 40 anos, é carpinteiro. O casal e três fi-

lhos cuidavam de um sítio, perderam o lugar, foram parar no ginásio e agora Rosana, com Maria Isabel no colo, sorri: "O que eu tô pedindo a Deus é que dê certo isso aqui, para mim (sic) ter meu cantinho".

A segunda filha, ou filho, do Contestado está aproveitando a barriga da mãe pelos últimos dias. Com alguns alarmes falsos, a gravidez se arrasta por mais do que o esperado. Gislaine, a mãe, bate o pé com o nome: se for menina será Dandara, do quilombo dos palmares; se for menino será o Zumbi dos Palmares, e não tem discussão. Dandara ou Zumbi, o filho do Contestado já teve até um chá de bebê, no dia 17 de novembro. Dependendo das doações de fralda e absorvente pós-parto, Gislaine espera o dia de ir para o Hospital Universitário.

No dia 29 de novembro foi aberta a ação de reintegração de posse e a Imobiliária Suvec entrou com a ordem de despacho. Foi marcado para que no sábado dia 8 de dezembro a Polícia voltasse com todo seu aparato.



Marilei Santos, com os filhos



João Luís de Oliveira, pedreiro



Ismael de Sousa, electricista



Rosana da Silva, três filhos



Maximiano Vieira e sua esposa

# Ocupação pode ser realocada após decisão judicial

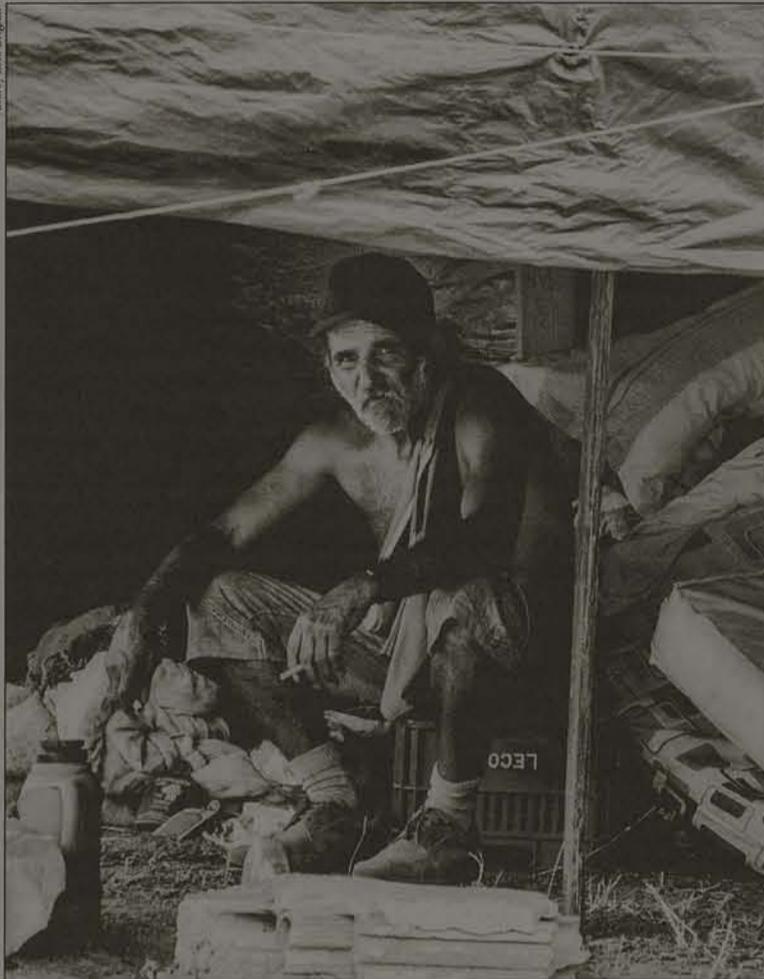
É sexta-feira, dia 7 de dezembro, aniversário de um mês da ocupação Contestado. No estacionamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, André Lemos Martins está recolhendo latinhas de alumínio. Ele não pode ir com os companheiros até a sala do Juiz de Direito de Segundo Grau Luiz Zanelato, pois estava sem documento. No quarto andar, a decisão acabou de sair: a ordem de despejo foi suspensa. Os advogados Daniela Félix, Daniela Rabaioli e Joviano Meyer conseguiram impedir que a ocupação fosse destruída no dia seguinte.

Duas coisas fundamentaram a decisão judicial: primeiro, a Imobiliária Suvec não era parte legítima para pedir a reintegração (e o despejo) uma vez que o imóvel está registrado em nome do espólio de Wilmar Henrique Becker; segundo, o pedido dos donos fora baseado em um Boletim de Ocorrência (B.O.) policial e numa notícia de jornal, que não permitiam definir, com exatidão, a área efetivamente ocupada.

A ação de reintegração de posse aberta pela imobiliária não condiz com a última escritura do terreno em cartório, na qual Becker comprara, em 5 de maio de 1978, o terreno que pertencia a Hilário Ferreira, já falecido. Embora retenha uma cópia do contrato de compra em nome de Espólio de Becker, a Suvec, por determinação do magistrado, deve inicialmente apresentar sua comprovação de posse à Câmara competente e só então pedir a desocupação do terreno.

O advogado Norton José Nascimento, que representa a imobiliária, diz que a decisão é absurda e é unânime entre os colegas que foi uma atitude política do desembargador Zanelato: "Não existe respaldo judicial que sustente essa decisão. Como que eu ia pedir a reintegração de posse de um terreno que não é meu? Nós vamos recorrer". Ele esclarece que foi feita uma reunião com as famílias, para tentar um acordo. "Eles são inflexíveis, não querem voltar para o aluguel. Eu mesmo vivo de aluguel, mas não dá para sair invadindo terras particulares por isso. A proprietária tem o terreno porque trabalha. Que invadam um terreno público, pelo menos", sugere.

A suspensão da ordem de desocupação garante que as famílias tenham mais alguns meses para se estruturar. O processo de reintegração de posse continua na Justiça. Agora, o objetivo dos advogados é conseguir a liberação de outro terreno, de posse da União, que fica na avenida das Torres e poderia comportar até 800 famílias em moradias de 100 m<sup>2</sup>, quatro vezes mais espaço que as casinhas de madeira da ocupação. Enquanto isso, a previsão

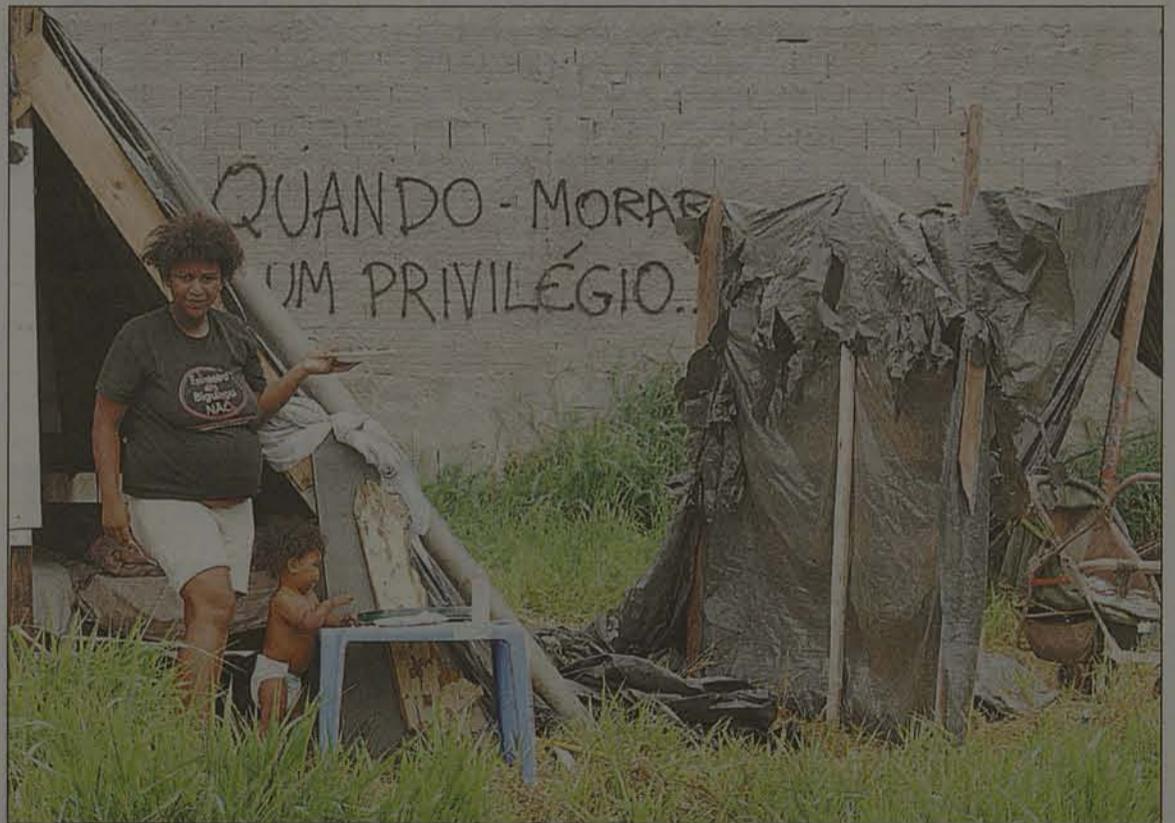


Moradores podem conseguir nova área, maior e de posse da União, e não serão desalojados pelo menos até março de 2013

é de que até março de 2013 não haja outra ação de despejo.

Quando recebe a notícia, André se emociona no estacionamento: "Que benção! Que benção! Foi Deus, dá pra sentir! Olha meu braço todo arrepiado! Que vitória, que alegria!" Entre sorrisos e comemorações, ele conta que está com as famílias desde o ginásio. E antes disso, morava na rua. "Eu me acidentei, quebrei toda essa mão e ninguém mais quis me dar trabalho. Não tinha nem um cantinho para dormir, ninguém que me desse um prato de comida quente." Agora trabalha com a mão boa para construir a ocupação, e aos poucos recupera o outro braço, que já ergue na altura da cabeça para excluir mais uma vez: "Que benção! Que benção!"

Lindomar Guedes Ferreira concorda com a cabeça. Falando baixo com a emoção, diz que foi um alívio ouvir a decisão do juiz. Ele trabalha de servente de obra nos dias de semana, e quando tem uma folga, inclusive todo sábado e domingo, trabalha na ocupação. "Lá o pessoal me chama de 'O Herói'. Olha minhas mãos como estão", ele estica as palmas à frente do corpo - a mão esquerda tem apenas o dedo indicador, ele teve os restantes amputados num acidente na infância; a mão direita tem calos e feridas do pulso à ponta dos dedos. Ele está batallando por um cantinho para si e para o filho Ismael, de 28. "É o único que



Com possível mudança, famílias terão casas quatro vezes maiores e abrigarão 800 pessoas

ainda mora comigo. São em quatro e, como sou divorciado, criei todos sozinho." Seus olhos se enchem de lágrimas quando fala de Ismael, se orgulha do jovem, também servente, que chega tarde do trabalho e faz a ronda da segurança na ocupação. "Deus reconhece nosso esforço, hoje é uma prova disso. Vamos fazer uma festa maravilhosa de aniversário da ocupação".

As advogadas chamam os dois moradores, precisam correr para exigir o cumprimento da ordem em São José. No caminho até o carro, Daniela Rabaioli fala sobre o trabalho que fazem. As duas são do grupo Juristas Populares, que trabalha para comunidades e movimentos sociais. "Nós não nos consideramos voluntários, somos militantes, entendemos que a causa também

é nossa." Ela explica que as famílias empobrecidas não têm quem os defendam judicialmente, e ficam totalmente à mercê do Estado e dos interesses privados. "O mínimo que nós devemos fazer é defender os direitos dessas pessoas." Rabaioli acrescenta rápido: "E nós vamos continuar na luta".

Giovanna Chinellato  
giovanna@chinellato.com.br

# O samba se cala no Centro de Florianópolis

Música ao vivo incomoda vizinhos e ameaça tradicional bar Canto do Noel de fechar as portas

Sábado, sol a pino, movimentação. Sobre as mesas, cumbucas de feijoada dividem espaço com a cerveja gelada. No piso, os ladrilhos pretos e brancos desenhavam notas musicais; na caixa de som, as canções de Dorival Caymmi; nos pés das pessoas, samba. O cenário poderia fazer parte da Lapa, Rio de Janeiro, mas na verdade ele está entre as ruas Tiradentes e João Pinto, na Travessa Ratcliff, Centro de Florianópolis. Estava, ao menos.

Era 1º de dezembro, véspera do Dia Nacional do Samba, e essa tradição não se repetiu. O Canto do Noel – bar que sedia o evento na Travessa com grupos regionais de samba – não pôde realizar suas atividades devidamente, com a apresentação musical das 14h às 18h, como era esperado. No dia anterior, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram) autuou o dono do local Acauã Irê, ameaçando com multa caso desrespeitasse a ordem de permanecer sem som ao vivo. Não é a primeira vez que ele é processado e corre risco de diminuir as atividades do bar.

A origem das reclamações vem de 2011, quando a gestão estava em outras mãos. Na época, as rodas de samba aconteciam também às sextas-feiras, o que fez aumentar o movimento do público e do barulho. A partir de então, alguns vizinhos começaram a denunciar. O Ministério Público e órgãos fiscalizadores como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e

Polícia Civil também foram acionados. Para a professora aposentada Marlene Dias, moradora há 32 anos do edifício Topázio, origem da maioria das reclamações, o Canto do Noel não cumpre a lei. “Quando há excesso de liberdade, vira libertinagem”, acusa.

Ainda que os processos continuem chegando, Irê mantém esforços para que a documentação esteja sempre em dia conforme exige a fiscalização. Agora, estão considerando tornar o samba em um evento mensal, para que ele não desapareça definitivamente das tardes de sábado. Para isso, são necessárias autorizações da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros.

Aos olhos – e ouvidos – do público, o Canto do Noel é o único local que resta do Centro onde se pode encontrar música, comida e companhia boa nos finais de semana. Dono do sebo Chico Livros Usados, Francisco Salvador frequenta o bar há cinco anos por falta de opção. “No sábado, só temos aqui e o Mercado Público, - e lá as pessoas e a música são diferentes. Para mim, o samba é fundamental”, frisa. O mesmo acontece com Iamandu Paz, músico uruguaio que toca violão na rua Felipe Schmidt há dois anos. Além de achar as reclamações de barulho uma forma de repressão, Paz também vive o problema das advertências. “Fiscais da Prefeitura já me ameaçaram várias vezes para que eu saia de lá”, relata.

O Grupo Bom Partido, um dos mais tradicionais da Capital, tocava



Tradicional roda de samba realizada aos sábados pode ser transformada em evento mensal

há três anos semanalmente na Travessa. “É o nosso trabalho, é cultural. Procuramos divulgar o samba e contar a sua história”, argumenta Jandira Sousa da Rosa, percussionista e vocal do grupo. Para ela, o movimento não é valorizado na cidade e, apesar de já terem contatado vereadores sobre a falta de incentivo, a conversa nunca foi adiante. Se as apresentações forem proibidas, o Bom Partido não terá onde tocar aos sábados. “A gente fica indignado com as reclamações. Ficamos tristes em não poder realizar nosso trabalho”, desabafa Rosa.



## Bar é ponto de encontro há 55 anos

O bar existe na Travessa Ratcliff desde 1957 e sempre teve o samba como atração nos finais de semana, quando ainda se chamava “Petit”. O nome “Canto do Noel” foi dado por Edson Galindro, que assumiu a direção do local em 2008, depois de ter morado 15 anos no Rio de Janeiro. Da Lapa, trouxe o gosto pela música e a influência de artistas como Cartola, Noel Rosa e Nega Tide, que podem ser vistos na arte que ilustra a fachada. Intelectuais, boêmios e músicos o transformaram em ponto de encontro de variadas filosofias. Em 2010, a Travessa integrou a lista dos espaços públicos declarados como ponto de formação e difusão da expressão cultural no Centro de Florianópolis, de acordo com a lei nº 7870, de 2009.

Atualmente, é Acauã Irê quem administra e luta pela permanência da tradição. “Eu não estou pedindo dinheiro para fomentar a cultura, não estou entrando com um projeto de milhões ou pedindo patrocínio para fazer um evento semanal. Só quero que entendam que o movimento do samba aqui já é histórico e não pode acabar”.

Está escrito no chão, na parede e na letra de Dorival Caymmi. “O samba da minha terra deixa a gente mole. Quando se canta, todo mundo bole; quando se canta, todo mundo bole. Quem não gosta de samba, bom sujeito não é; é ruim da cabeça, ou doente do pé. Eu nasci com o samba; no samba me criei. É do danado do samba, nunca me separei...”



Francisco Salvador (esquerda) e Iamandu Paz (abaixo) defendem a cultura musical. Marlene Dias vê “abuso”



# Revitalização cultural resolve o isolamento

O bar Canto do Noel, como já foi dito por frequentadores da área leste do Centro, é um dos poucos pontos que mantém aquela região relativamente movimentada. Atualmente, os prédios históricos estão abandonados, sem pintura e com telhas e paredes quebradas. De acordo com a professora e especialista em Teoria do Planejamento Urbano Regional Margareth Afeche Pimenta o descaso da Prefeitura e as falhas no plano diretor da cidade possibilitam a desertificação de pessoas e a falta de segurança no entorno.

Em outros tempos, o bairro delimitado pela Praça XV e Avenida Hercílio Luz era chamado de Pedreira, o lugar mais antigo de Florianópolis e que concentra a maior parte do Centro Histórico. Conforme explica a professora, foi a partir da construção da ponte Hercílio Luz que o Centro alongou-se para os lados da rua Felipe Schmidt. "E como acontece em toda cidade, o centro vai se construindo aos pedaços, vai se fragmentando."

Para ela, o isolamento da área contemplada pela Pedreira deu-se por dois motivos: o fechamento do terminal velho e o paredão de prédios que foi construído na Avenida Hercílio Luz. Dessa forma, como não existem atrativos para além da Avenida, as pessoas não caminham para aquela direção, o que reduz a permanência e o movimento no interior do bairro.

Como propostas para a melhoria da região e aumento da circulação de pedestres, Pimenta é contra a permanência do terminal velho, porque diz que atrapalha na entrada de pessoas ao bairro. No entanto, ela compreende a opinião dos comerciantes em manter ele lá, pois se a Prefeitura o tirar,

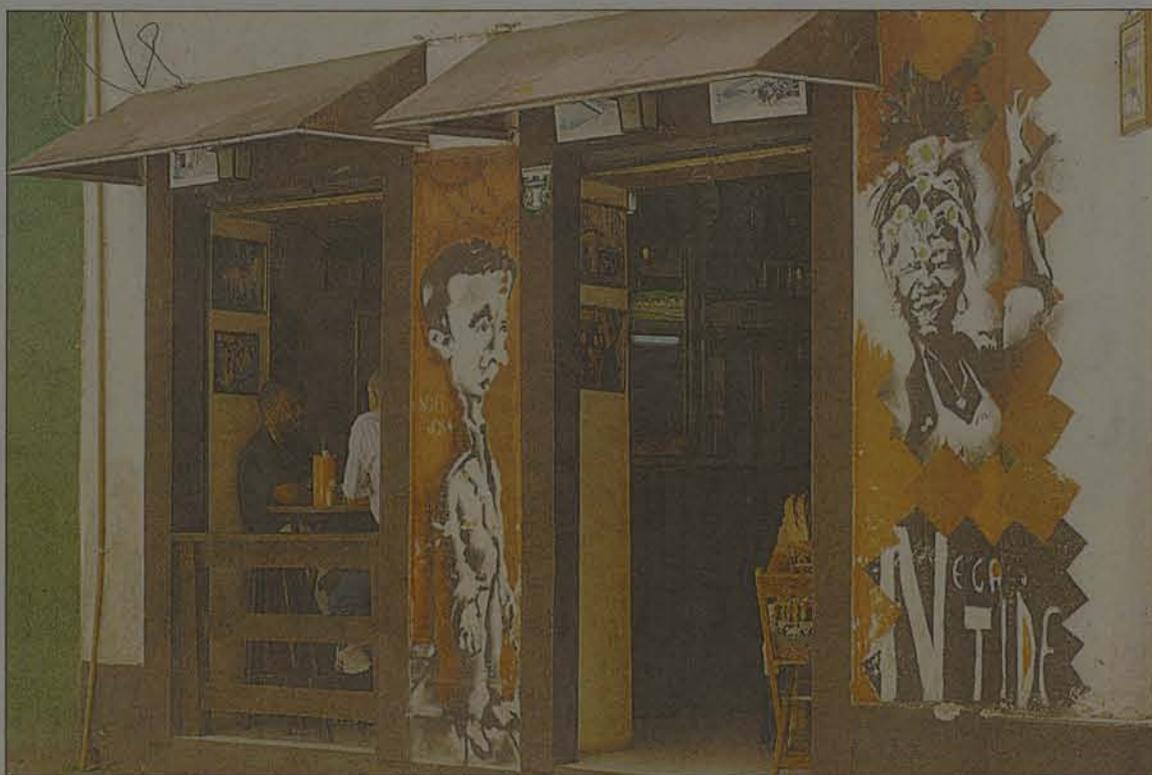
não construirá nada que atraia maior movimentação.

Segundo Pimenta, o bairro precisa de um projeto que não seja localizado, como por exemplo, não pensar o Mercado Público separado da Praça XV. "Toda a parte frontal do bairro tem que ser trabalhada em um só projeto, como um todo". Na Universidade, os alunos de Arquitetura e Urbanismo já realizaram diversos projetos com alternativas de revitalização, mas conforme afirma a professora, não existe vontade política para executá-los.

Como o Centro Histórico possui uma malha bastante fechada, Pimenta acredita que o espaço é propício para atividades culturais. Antigamente, existiam cinemas no entorno do Teatro Álvaro de Carvalho, descendo em direção à Praça XV, portanto, esse caráter poderia ser reforçado. "O bairro da Pedreira tem essa vocação, já que muitos intelectuais moraram e conviviam por lá."

A dinamização do Centro só se dá a partir de um conjunto de atividades a serem realizadas no local. Nesse aspecto, a professora não apenas é contra o fechamento (ou redução) dos eventos do Canto do Noel, como também

é favorável à existência de outros bares, livrarias e cinemas. Para ela, se o espaço oferecesse opções, as pessoas frequentariam, pois a população quer "utilizá-lo". "O problema está no abandono do poder público."



Para frequentadores, Canto do Noel é o local para se encontrar música, comida e companhia

## Centro abriga ícones boêmios

Além do tradicional bar Canto do Noel e da Travessa Ratcliff, a região do centro histórico de Florianópolis também abriga outros ícones boêmios do século passado. Um deles é a Kibelândia, localizado ao lado do Museu Victor Meirelles e que, há 46 anos, é ponto de reunião de jornalistas e local de concentração de blocos durante o carnaval.

Segundo o gerente Hernane Lopes, por ser um ícone da cidade, a Kibelândia não sofreu tanto com a desativação do antigo Terminal.

Contudo, ele constata que a região ficou mais deserta e bastante insegura, o que afugenta alguns clientes - principalmente os mais novos. "Nós nunca sofremos nenhum tipo de violência aqui no bar, mas, de alguns anos pra cá, o esvaziamento do entorno vem atraindo a marginalidade para este local", conta.

Técnico em mecanografia - ofício de consertar antigas máquinas de escrever - e cliente fiel da Kibelândia há 26 anos, Ivez Alberto Silva demonstra mais preocupação com a região do centro histórico. Morador do entorno, ele lembra com saudosismo a época em que trancar a porta na hora de sair para o bar era a última preocupação. "Hoje em dia, antes de botar o pé na rua o sujeito tem que dar uma espiadinha para conferir se vem alguém suspeito do outro lado da rua. O Centro está cada vez mais deserto", lamenta Silva, entre um gole e outro de cerveja.

Além dos bares, uma reclamação constante de outros comerciantes do local é a falta de atenção da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL) dada aos comerciantes que possuem um estabelecimento "da Praça XV pra cá". "Na época do natal, por exemplo, você vê a rua Felipe Schmidt e as paralelas todas enfeitadas e com atrações. Enquanto pra esse lado não há um enfeite sequer.

Estamos esquecidos aqui.", desabafa a sócia de uma loja de fraldas instalada há sete anos na rua Tiradentes. Ela não quis ser identificada pela reportagem.

A empregada e auxiliar doméstica Rosimeri de Freitas trabalha há 10 anos em um dos prédios vizinhos ao Canto do Noel. Ela diz ter acompanhando as mudanças mais recentes do entorno e lamenta o abandono em que se encontram os locais históricos da cidade. "Acho terrível que alguns prédios históricos estejam sendo convertidos em estacionamento." Ela acredita que se houvesse uma revitalização dos locais, as pessoas frequentariam mais o Centro. "Hoje a pessoa até passa por aqui, espia e, como não vê nada aberto, vai embora.", constata Freitas. Apesar de trabalhar no prédio em que partiram as denúncias contra o funcionamento do Canto do Noel, a auxiliar doméstica apoia o estabelecimento.

"Eles tem horário para fechar e o bar é um dos únicos que serve almoço aos sábados nesta parte da cidade. Eu mesmo já fui lá tomar uma cervejinha e curtir um samba."

Essa não é a opinião de Raul dos Anjos, porteiro do edifício Topázio, prédio em que trabalha Freitas. Funcionário há 14 anos do mesmo local, ele argumenta que a área não comporta um bar como o Canto do Noel. "É cachaçada, é baderna. O pessoal sai de lá, e vem fazer xixi aqui na frente. O prédio vira mictório! Tem que fechar mesmo!", queixa-se o porteiro.

Não é o que pensam os clientes do Canto do Noel como Francisco Salvador e Iamandu Paz que, mesmo em um sábado atípico sem samba na Travessa, antes do meio-dia já haviam acabado com a panela de feijão preparada pelo bar. Como a programação seguiu sem o samba, a quantidade de feijoada foi reduzida pela metade.



Margareth Pimenta defende atividades para dinamizar o local



## Movimentação nos bares não diminuiu com fechamento de antigo Terminal

Helena Stürmer  
helenasturmer@gmail.com  
Leonardo Lima  
leosilvalima@gmail.com



# Atletas brasileiros ganham espaço na neve

Mesmo com dificuldades no início da carreira, os *snowboarders* conquistam bons resultados

O calor em Florianópolis era de quase 30°C, mas na mala da catarinense Isis Dassow muitas roupas pesadas e casacos de quem vai enfrentar temperaturas abaixo de zero. No dia 27 de novembro a jornalista, graduada em 2011 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), embarcou para o Colorado (EUA) atrás de uma carreira um pouco diferente: Isis é a nova atleta da Equipe Brasileira de Snowboard (esporte sobre prancha na neve). A jovem de 23 anos, que teve seu primeiro contato com a modalidade em 2008, agora integra o pequeno grupo de 16 snowboarders ou riders.

O Brasil é representado em cinco modalidades diferentes de esportes de inverno (snowboard, ski estilo livre, ski alpino, cross country e biathlon de inverno), pela Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN), reconhecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como entidade máxima desses esportes no país. São 50 atletas profissionais filiados por se destacarem nas competições amadoras realizadas pela própria CBDN. Os recursos financeiros vêm de diferentes fontes: projetos especiais com federações internacionais, Lei Agnelo-Piva, convênios com o ministério do Esporte e patrocínios.

Este ano os recursos somarão cerca de R\$ 3 milhões, que serão investidos de acordo com um planejamento estratégico da Confederação. "Um trabalho muito justo para saber aonde a gente

quer chegar, quando, com quem e com que custo", explica Pedro Cavazzoni, superintendente técnico da CBDN, que também cita as três metas atuais da entidade: aumentar a representatividade nos jogos olímpicos de inverno, desenvolver locais de treinamento no Brasil e criar centros de pesquisa científica sobre os esportes na neve. Cavazzoni destaca que o dinheiro é muito limitado, assim, os novatos normalmente tem que bancar grande parte dos gastos, "o que é um pouco geral em todos os esportes, o problema é que os praticados na neve são muito caros."

O caro para Dassow tem valor exato: 1.030 dólares mensais com gastos de moradia, academia e comida; 2.000 dólares por três meses de treinamento, sem contar passagem, seguro saúde e passe da montanha. Os treinos - organizados pela CBDN, que contratou os serviços de um centro de treinamento no Colorado - são diários e com outros atletas da equipe brasileira, além de incluir técnicos, acompanhamento nutricional e planejamento das atividades e das provas. Para a nova esportista, que conta com a ajuda financeira dos pais, o principal apoio da Confederação é na logística.

Diferente da catarinense, seu colega de casa Marcos Batista (foto baixo), sétimo colocado no ranking mundial de snowboard, recebe total apoio financeiro da Confederação. O atleta teve a primeira experiência em 2005, no Japão, onde foi morar com a família. Após oito anos de prática do esporte, Batista é o cam-

peão brasileiro na categoria slopestyle (uma mistura de rampas, corrimãos e caixas, em que o mais versátil e criativo vence) e treina nas temporadas de inverno dos EUA e do Chile, praticando com uma equipe americana. Grande promessa do Brasil para o mundial da modalidade em janeiro no Canadá e para as Olimpíadas de 2014 na Rússia, ele acredita que o esporte vem crescendo muito no país, tanto pela quantidade quanto pelo nível técnico dos atletas. "Por ser um país que não tem neve, o Brasil tem bons representantes e vem obtendo boas colocações em competições internacionais", destaca.

A maior prova disso é a carioca Isabel Clark (de azul, acima), dona da melhor participação brasileira na história das Olimpíadas de Inverno, um sexto lugar em Turim, 2006. No início da carreira, a atleta dependia da ajuda financeira dos pais, até conseguir se manter como instrutora em estações de esqui no Chile, Estados Unidos e Canadá. Clark relata que desde 2003 a CBDN apoia mais seu trabalho, pois snowboard se tornou esporte olímpico e hoje, aos 36 anos, a Confederação cobre a maioria de seus gastos quando está fora do país treinando ou competindo. Para a atual campeã brasileira e vice-campeã latino-americana de snowboard cross (corrida numa pista com curvas e saltos), o esporte significa realização pessoal, orgulho pelo esforço e por não ter desistido: "É a minha paixão, onde posso mostrar o resultado de muita dedicação, profissionalismo e uma dose de talento".



Thaine Machado

thaine.machado@gmail.com